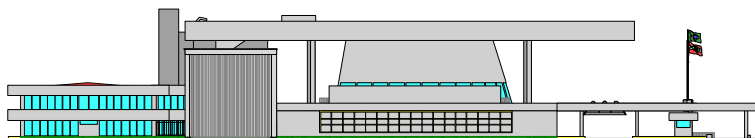


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 05 DE ABRIL DE 2010

NÚMERO 6.153

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas


**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

DIRETORIA LEGISLATIVA	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<div style="text-align: center;">  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2153 EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p> </div>	<p>Plenário Ata da 022ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 30/03/2010.....2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa16</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública.....17 Atas da Procuradoria.....21 Ata de Comissão Permanente.....21 Avisos de Licitação.....22 Aviso de Resultado.....22 Portarias22 Redação Final25 Relatório26</p>

P L E N Á R I O

ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Ozair Polaco - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Fala sobre o projeto do Corpo de Bombeiros.
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Aborda a política salarial do estado.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Lício Mauro da Silveira pelo assunto que aborda.
DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de estudantes de Lages.
DEPUTADO JOSÉ NATAL - Defende a igualdade salarial para o funcionalismo público; faz seu discurso de despedida.
DEPUTADO EDISON ANDRINO - Reporta-se à

mobilidade urbana de Fpolis; aborda a disparidade da política salarial em SC.

Partidos Políticos

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Defende o servidor público.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Décio Góes.
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Reporta-se às mensagens governamentais.
DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Comunica reunião da Comissão de Constituição e Justiça.
DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Comunica a isonomia da gratificação de 60% aos funcionários públicos.
DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Comunica a isonomia da gratificação de 60% aos funcionários públicos.
DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Comunica a isonomia da gratificação de 60% aos funcionários públicos.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Reporta-se à pauta de votação.
DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Lê a Carta de Concórdia.
DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Pede inversão de pauta com relação às MPs.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra repúdio à continuidade da

discriminação salarial.

Ordem Do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute PI n. 0047/2010.
DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Sugere rito à próxima sessão ordinária.
Explicação Pessoal
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Critica o governo LHS; reporta-se à Portaria n. 105, da Aneel.
DEPUTADO SERAFIM VENZON - Parabeniza o Colégio Manoel da Nóbrega, de Rio Negrinho, pelos seus 40 anos; manifesta-se sobre as matérias que aportaram na Casa; reporta-se às agências reguladoras.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda os projetos que chegaram à Alesc; critica o governo LHS.
DEPUTADO SILVIO DREVECK - Registra protesto às últimas atitudes do governo LHS; manifesta-se sobre o discurso de renúncia do ex-governador LHS.
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Faz seu discurso de despedida.
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Tece considerações a respeito das prévias do PMDB.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende os praças da PM e do Corpo de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência comunica que se encontra sobre a mesa o Ofício n. 387/2010, de autoria do presidente do Tribunal de Justiça, que encaminha o Processo Administrativo n. 257.427/2006.

Solicito à assessoria que dê encaminhamento aos procedimentos.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, imprensa falada, escrita e televisada e toda essa plateia maravilhosa que nos acompanha no desenrolar dos trabalhos no Poder Legislativo, muito obrigada a todos pela presença. Nós podemos notar que todos os lugares estão tomados, e é isso mesmo, pois temos que lutar por aquilo que queremos. É na união que conquistamos a realização dos nossos projetos. Parabéns a todos!

Gostaria de dizer que estamos atentos a esse projeto sobre o qual vocês estão ansiosos para saber a resposta. Inclusive, tivemos duas reuniões de líderes, uma por volta das 10h30, com o presidente em exercício, nosso colega deputado Jailson Lima. Ficamos aguardando um retorno do nosso colega deputado e governador em exercício Gelson Merísio, que também deu resposta, e voltamos agora há pouco. E o presidente, deputado Jailson Lima, que está aqui, vai concordar que tivemos duas reuniões para decidir o pleito de vocês. Então, aguardem, porque terão novidades.

(Palmas das galerias)

Quando se diz novidades, é coisa boa!

(Manifestações das galerias)

Mas hoje eu quero falar sobre um tema de suma importância, que é a lei de organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do estado de Santa Catarina.

A separação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros ocorreu em 2003; portanto, faz sete anos que os bombeiros estão aguardando ansiosos por essa lei que vem regulamentar a sua categoria. Após os 180 dias da separação dessas duas entidades, essa lei teria que ter vindo para este Poder para ser apreciada, aprovada e sancionada pelo governo do estado, mas isso não aconteceu.

Eu estive conversando com vários bombeiros, não citarei nomes, os quais estão aguardando ansiosos, e eu procurei me inteirar sobre essa lei.

Ontem, estive com o nosso colega deputado e agora governador em exercício Gelson Merísio, e para testemunhar o fato estava conosco inclusive o ex-secretário da Fazenda, dr. Antônio Gavazzoni, ao qual pedi que apreciasse com carinho essa matéria. Hoje, liguei novamente a ele, que me disse - vou usar as palavras dele -: "Já mandei fazer o parecer".

Esse projeto está nas mãos do dr. Zanini, que me salientou que não traz repercussão financeira, que é apenas uma

adequação para as diretorias, secretarias, que hoje já existem, as quais estão sendo ocupadas por alguns oficiais, que estão sendo pagas, mas não estão regulamentadas.

Então, esse projeto vem apenas regulamentar. É uma questão de justiça, porque nós sabemos que os bombeiros são uns valentes. Inclusive, nunca vou me esquecer daquele dia em que fui procurar vaga nos hospitais para colocar uma pessoa que estava com Aids, mas os diretores diziam que não havia vaga. Ai eu pensei: vou pedir ajuda aos bombeiros - o que estou falando é fato certo -, os quais me acompanharam até a minha casa, para buscar a mulher para interná-la no Hospital Nereu Ramos. Os bombeiros são anjos da guarda.

Também, há algum tempo, alguns amigos meus sofreram um acidente nas imediações de Lages, indo a óbito a esposa de um deles, e alguns dos meus amigos ficaram presos nas ferragens, um até entrou em coma, e os bombeiros foram rápidos, ajudando prontamente. Os bombeiros socorrem até mulheres que estão para dar a luz, fazendo o parto delas!

Então, por uma questão de justiça, esse projeto deve vir para esta Casa, já que o governador Gelson Merísio mandará os projetos para este Parlamento. Eles virão por medida provisória.

Eu tenho certeza de que esse projeto virá junto, porque é uma questão de justiça com os bombeiros. Eles estão sempre prontos para ajudar as famílias, são aqueles amigos da primeira hora, porque quando acontece alguma coisa, um afogamento, eles estão prontos para ajudar. Soube até que o governador Leonel Pavan sofreu um acidente de lancha e quem o socorreu foram os bombeiros, que não o deixaram morrer afogado.

Eu quero dizer a vocês que os bombeiros são aqueles que estão prontos para socorrer, a qualquer momento, as pessoas que precisam.

Nós até assistimos, no programa *Fantástico*, ao caso de uma criança que se estava afogando e o pai, desesperado, ligou para o Corpo de Bombeiros, que o orientou, através do telefone, como agir e, assim a criança foi salva.

Tenho certeza de que a assessoria do nosso colega deputado Gelson Merísio, governador em exercício, está-nos assistindo, e esse projeto, que não trará repercussão financeira, marcará o governo desse jovem parlamentar que hoje ocupa o cargo mais elevado do estado, que é o de chefe do Poder Executivo. Tenho certeza de que ele olhará com muito carinho esse projeto, porque é uma questão de justiça.

Daqui a pouco teremos outra reunião de líderes para apreciarmos aqueles projetos. Mas não se esqueçam de que estamos ao lado daqueles que precisam e estão clamando por justiça.

Sr. presidente, agradeço a oportunidade e vamos aguardar as boas novas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Lício Mauro da Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores que nos visitam neste momento ímpar, praticamente no último dia para que se avalize as aspirações de vocês. E fazer uma coisa de última hora, da forma como fazem, é um desrespeito total para com todas

as categorias. Há pessoas que ganharão 60% de gratificação, em quatro vezes; outras vão ganhar 100% de gratificação, em quatro vezes; algumas vão ganhar R\$ 250,00, em quatro vezes. E dentro dessa mesma categoria há pessoas que vão ganhar R\$ 2 mil em três vezes. E, pior, não se sabe nem a repercussão financeira disso. Duvido que alguém tenha condições de prever que a repercussão financeira vai ser "x" reais. É impossível dizer isso!

Lembro-me muito bem de que, no passado - e principalmente na categoria militar, em véspera de eleição, tudo vale -, alguns prometeram absurdos e não cumpriram. Elaboraram um projeto de lei, e até chamamos a atenção dizendo que ele era virtual, ou seja, não ia sair, e não saiu. Veio a segunda eleição, a promessa foi feita, votaram novamente e continuou um projeto de lei virtual. E agora estão remendando.

Toda política de recursos humanos do estado está sendo dilapidada, tratada de forma desrespeitosa. Não existe respeito! Há muitas pessoas que vão ficar de fora! Na Saúde, por exemplo, as fisioterapeutas vão ficar de fora; as assistentes sociais vão ficar de fora, no que toca à produtividade.

Espero que o nosso presidente, deputado Gelson Merísio, governador em exercício, traga alguma coisa mais palpável para votarmos de forma adequada e que atenda da melhor forma possível a todos os senhores.

A minha fala de hoje, além desses aspectos que coloquei de forma genérica... Chegaram 12 projetos a esta Casa nesta semana e é impossível para qualquer deputado, em pouco tempo, ter conhecimento do conteúdo deles. Por isso vocês têm que ficar em cima e lutar por aquilo que acham que devem ter! Lutem! A grande verdade é esta: o governo ensinou, durante todos esses anos, deputado Joares Ponticelli, cada categoria a lutar por si só. Daí vem a categoria "a" e a categoria "b" pedir o que lhes é justo. Agora, uma política geral de recursos humanos, com capacitação de pessoal permanente, isso, infelizmente, não existe!

O deputado Joares Ponticelli é um deputado combativo também nesse sentido. E vamos votar favorável, levando as maiores vantagens para vocês! Podem escrever isso! Nós vamos lutar pelas melhores vantagens para vocês! Agora, de que forma elas vêm é que nós vamos ter que descobrir ainda. Mas o nosso partido vai trabalhar para que efetivamente aconteça o melhor para todos vocês, embora, no meu modo de entender, o melhor não é aquilo que vocês precisam. Essa é que é a grande verdade!

O SR. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Lício Mauro da Silveira, há servidores aqui que são velhos conhecidos desta Casa. Há servidores aqui de cinco, seis, sete anos de presença permanente aqui nesta Casa, na busca de tantos compromissos que foram firmados e que, infelizmente, o governador picou a mula na última semana, sem honrar os compromissos que assumiu com os servidores.

Os planos de cargos e salários foram arrebatados por este govern^o Essa política maléfica, bandida, de abonos destruiu todos os planos de cargos e salários. Não se fez o pagamento sequer da inflação desse período, tanto que já temos uma ação com dois votos favoráveis no Supremo Tribunal Federal, em que comprovamos que a perda salarial média dos servidores já ultrapassou a casa de 50%

nesse período, tanto do servidor da ativa... E mais dramática ainda é a situação do servidor inativo, que esperamos que todos um dia sejam. Os inativos, nesses sete anos, deputado Serafim Venzon, tiveram 1% de reposição, em 2003, e R\$ 100,00 de abonº E para o ativo as políticas foram fragmentadas, arrebatadas.

Agora a intenção do governo ficou muito clara, quando veio aqui, no dia da sua renúncia/fuga, no dia da sua renúncia/golpe, e entregou um pacote que nós ainda não conseguimos manusear. E, o que é pior, aumentando a injustiça salarial. Há categorias ganhando "x", outras dois, outras menos.

Então, não há uma coerência, não há responsabilidade! E o que é pior, deputado Moacir Sopelsa, colocando esta Assembleia e os 40 deputados no brete, essa é a verdade dos fatos, porque estamos correndo contra o relógio. E vamos ter que dar essa resposta agora. Nós, deputado Elizeu Mattos, vamos ter que encontrar a solução. E já que estamos próximos da crucificação, da lembrança da morte Dele, se não resolvermos isso, nós vamos ser pendurados naquela cruz, na próxima Sexta-Feira Santa. Essa é a verdade!

Por isso eu confio no presidente e governador em exercício, deputado Gelson Merísio, e estou ansioso para que ele adentre a esta Casa daqui a pouco com a resposta que esperamos, convertendo todos esses projetos em medida provisória para criar o efeito imediato para garantir, porque estamos espremidos pela legislação eleitoral... Para que possamos, dessa forma, ganhar o tempo necessário para corrigir as distorções que há nas matérias. E vocês sabem que há! E precisamos desse tempo para diminuir as injustiças salariais.

Obrigado, deputado Lício Mauro da Silveira!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Na semana passada, eu fiz um pronunciamento sobre a Fundação Catarinense de Educação Especial, uma fundação da qual todos os catarinenses tinham um orgulho muito grande. Ela era um grande modelo no passado e hoje as instalações da fundação estão num estado inacreditável.

Vejam o absurdo a que se chegou: pais, mães e funcionários vestiram-se de preto para reclamar um atendimento a praticamente 800 crianças, um trabalho que deve ser feito com extrema responsabilidade! E além de terem uma instalação totalmente inadequada, com curto-circuito, com chuva por todos os lados, ônibus estragados, os funcionários ainda ficam com o salário pendurado.

Há secretário de estado que chega agora dando 100%! O que ele quer? Votos! Mandem esse cara que faz esse tipo de papel... Ninguém deve votar num cidadão desse tipo! Isso é uma imoralidade! Isto não pode acontecer em hipótese alguma: querer agradar para ter o voto e depois vir aqui falar abobrinhas!

Acho que vocês estão bem mobilizados. Lutem pelos seus interesses. Já que a regra é essa, vocês têm que lutar mesmo! E seja o que Deus quiser! Só espero que o nosso deputado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Lício Mauro da Silveira.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir

Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero registrar a presença, nas galerias da Assembleia, de alunos do 1º, 3º, 5º e 9º períodos da Facvest, a faculdade integrada da Univesc de Lages, que vieram acompanhados da professora Fabiane Venturini.

No mais, sr. presidente, quero também cumprimentar todas as pessoas que estão nas galerias desta Casa e dizer que, na reunião de líderes que foi realizada no período da manhã, existiu sim, por parte do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, que está aqui ao meu lado, e de todos os líderes -, um sentimento de que os nossos servidores, os braços direitos, os olhos, as mãos, o coração do governo, precisam ser bem tratados e, acima de tudo, com equidade. O tratamento diferenciado é algo altamente prejudicial.

(Palmas das galerias)

Em lugar nenhum, até em casa, o tratamento...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado. V.Exa. solicitou a palavra pela ordem e o seu tempo era de 30 segundos. V.Exa. pode utilizar 30 segundos do horário do deputado José Natal para concluir o seu raciocínio, se ele permitir.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, amigos que nos prestigiam, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, não vão ser fáceis esses dois dias nesta Casa.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado José Natal, apenas gostaria de dizer que é sentimento de todos os líderes o tratamento equânime a todos os nossos funcionários. E até mesmo em casa, nas famílias, quando o pai ou a mãe tratam o filho de forma diferente, machucam muito. E nós vamos fazer o possível para que os nossos funcionários tenham de nossa parte o tratamento equânime.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Amigos que nos prestigiam, o deputado Joares Ponticelli disse exatamente o seguinte: que esta Casa Legislativa foi deixada entre a cruz e a espada, não tenho dúvida disto. Os projetos pleiteados por aqui, esses que estão aqui e muitos que não puderam aqui estar, já são de muito tempo. E o governo sempre alegou a impossibilidade financeira para o atendimento de tais pleitos que são meritórios e justos. Mas não podemos nos deixar levar por alguns projetos politiquieiros de última hora. E há nesse contexto projetos politiquieiros de última hora.

Por diversas vezes eu subi a esta tribuna e disse que o funcionalismo público deveria ser tratado com igualdade linear na sua carreira funcional e também nas suas solicitações ou pretensões de ajustes.

Barrei nesta Casa, na semana passada - e fui mal entendido - uma pretensão de aumento salarial. Votei contra, no começo de ano, ao aumento e incorporação salarial do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina retroativo a 1991. E vai por aí afora!

(Manifestação das galerias)

Srs. funcionários, catarinenses que nos assistem neste momento, vou deixar a Assembleia. Amanhã será a minha última sessão nesta Casa, por consequência da lei eleitoral, que determina que o titular deva reassumir a cadeira e o suplente deverá se afastar, como é o meu caso. Eu irei me afastar, mas jamais vou deixar de estar atento ao pleito de vocês. Sou funcionário público oriundo da carreira municipal e sei o quanto vocês sofrem e o quanto são relegados ao segundo plano

Vou fazer aqui uma observação, e não quero que seja levada para outro lado. Mas eu, na minha ótica de cidadão e de legislador, não posso compreender por que a classe da Polícia Militar e da Polícia Civil, que faz de tudo para a segurança das pessoas deste estado, mas que já recebeu desta Casa uma equiparação, uma melhoria - não a que eles querem e merecem -, receba outra, em detrimento da maioria dos educadores deste estado, porque, com certeza absoluta, nós queremos educação tanto quanto queremos segurança. Nós queremos um pessoal qualificado em todas as áreas da administração, porque se clama muito por isso.

Mas, meu Deus, por que quando uma categoria necessita negociar reajuste salarial isso leva tempo e, de repente, a coisa vem de qualquer jeito?

Quero dizer que essa vantagem, esse aumento, essa gratificação... Porque eu não tive acesso aos projetos ainda! Estão nas mãos dos líderes! Eu já mandei buscá-los hoje, às 11h, mas ainda não consegui ter acesso a eles. Mas dizem que há uma categoria funcional que ganhará 40% ou 60%, que é a secretaria da Educação, e que a secretaria da Comunicação do governo ganhará 100%.

(Manifestação das galerias)

Como é que pode a categoria dos educadores não ter o mesmo direito que outra categoria funcional?! E não que as outras categorias da administração direta não tenham direito. E vai por aí afora.

Se eu aqui tivesse, com certeza absoluta, o poder de voto, através de medida provisória... E será um arranjo do deputado, presidente e governador Gelson Merísio para não deixar que vocês não tenham direito nem ao mínimo que reivindicam há muito tempo. E ele irá fazer isso para vocês não serem enganados porque, no meu entendimento, quem manda um projeto desses não apagar das luzes é para enganar as pessoas. É para enganar ou para deixar todos os parlamentares de saia justa, como está a maioria neste momento!

Amanhã ou depois alguém irá dizer na imprensa: "Pois é, os deputados votaram projeto sem saber". Eu posso votar amanhã sem saber, se não chegar às minhas mãos. Mas se em minhas mãos chegar, eu saberei me posicionar e votar.

Então, quero dizer a v.exas. que, se puder, continuarei contribuindo para que a classe dos funcionários públicos do estado seja merecedora daquilo que tem direito há muito tempo. Nós sabemos que o governo é muito grande, que há muita coisa para resolver que às vezes não dá. Mas eu entendo que colocaram uma bucha na mão do governador Leonel Pavan, que acabou de assumir este estado. A imprensa diz, eu não sei, porque não vi, que há um impacto financeiro de R\$ 50 milhões na folha de pagamento mensal do estado. Olhem só. Onde vamos buscar isso? Alguma matemática tem que ser feita.

Então, funcionários que aqui estão e aqueles que aqui não puderam comparecer, tenho convicção e certeza de que as

reivindicações de vocês são justas e meritórias, mas não se deixem enganar por aqueles que deixaram o projeto vir para esta Casa em cima da hora. Quero isentar em parte o governador talvez de alguma coisa, porque às vezes manda o secretário de estado fazer levantamento e vão cozinhando, exatamente para mandar em cima da hora e os deputados não terem tempo de ver, de analisar a coisa com precisão, para que não façam emendas, como foi o pacote do final do ano

Então, nós devemos ter, com certeza, juízo e transparência, se não der para dizer aos nossos funcionários o porquê das suas reivindicações não serem atendidas.

Antes de encerrar, eu quero fazer um convite a todos os deputados e a todos que nos prestigiam através da TVAL, nesta Casa. Hoje, das 17h às 19h, no Auditório Antonieta de Barros, vai haver uma palestra sobre a utilização do telefone celular em campanhas eleitorais. A palestra será apresentada por Fernando Lacerda, publicitário, consultor de marketing público, e por Jarbas Nogueira, presidente da Associação Brasileira de Teleserviços. Esse é um tema bem atual. Para depois ninguém dizer que fez a coisa errada, porque não tinha conhecimento, hoje teremos a grande oportunidade de assistir a essa palestra sobre a utilização do telefone celular em campanhas eleitorais nesta Casa.

Deputado Serafim Venzon, meu líder, eu estou indo embora, mas com a certeza absoluta de que fiz tudo o que poderia fazer por Santa Catarina, desta tribuna e principalmente nas comissões. A maioria dos presentes e também dos que estão em casa não percebem que os grandes temas desta Casa são exatamente tratados nas comissões técnicas, onde seria discutida a vida funcional de vocês, mas não deu, pois a coisa vem sendo atropelada. Lá é que realmente acontecem as grandes decisões da sociedade de Santa Catarina.

Mas quero reiterar a todos que tenho convicção, e saio de cabeça erguida, de que tudo que aprovei aqui nesta Casa foi com consciência, até posso ter votado alguma matéria que tenha prejudicado uma minoria, mas foi em favor da melhoria, da qualidade de vida da grande maioria da sociedade de Santa Catarina.

Aos funcionários desta Casa, sr. presidente, fica o meu carinho, a minha satisfação de poder ter contado com eles em todos os momentos que precisei das informações inerentes ao serviço do legislador nesta Casa. A minha equipe do meu gabinete, bem pequena, reduzida, mas com certeza competente e atenciosa, fica o meu abraço e a minha gratidão. Continuaremos caminhando juntos, de que jeito não sei. Não nos dispersaremos, meus amigos de todas as horas, de todos os dias.

Faço o meu agradecimento ao deputado Gilmar Knaesel, que ocupou a pasta do Turismo, dando-me assim uma vaga para exercer essa função nobre de ser parlamentar em Santa Catarina. Tudo o que conversamos realmente cumprimos ao pé da letra, logicamente dentro daquilo tudo que deve ser dito e que deve ser honrado. O que o deputado Gilmar Knaesel fez comigo, da mesma forma, fiz com ele.

Ao governador Luiz Henrique da Silveira, que não está mais no cargo, a minha gratidão por ter me convidado para assumir uma cadeira. Agradeço também ao vice-governador e hoje governador do estado Leonel Pavan, que está numa missão extremamente árdua, neste momento. E, com certeza absoluta, srs. deputados, quando de lá chegar, vai ter que falar japonês mesmo. A coisa não vai

ser fácil.

Em nome do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, quero congratular-me com todos os deputados e dizer que foi bom conviver com s.exas., dos quais com uns tenho um pouco mais de afinidade.

Deputada Ana Paula Lima, discutimos aqui temas e discordávamos quase sempre, mas com certeza era em favor de Santa Catarina, do Brasil. Esse foi o meu intuito e tenho certeza de que era o de v.exa.

Não carrego nada. Carrego o que quero. O que é bom para todos, seja bom...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Edison Andriano, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, srs. deputados, cumprimento todos os funcionários e funcionárias da administração direta e indireta do estado de Santa Catarina, das fundações, que estão aqui presentes. Quero fazer um cumprimento especial ao deputado José Natal que nos honrou com sua presença, com seu trabalho, com sua inteligência. O deputado José Natal representa a região da Grande Florianópolis, mais precisamente o município de São José, aqui na Assembleia Legislativa.

Tenho certeza, deputado, de que o seu trabalho aqui, a sua lealdade ao governo, a defesa de suas idéias e a sua votação sempre foram coerentes. V.Exa., que já foi vereador do município de São José e passou nesta Casa como deputado estadual, vai, se Deus quiser, conseguir a reeleição e quem sabe será o futuro prefeito daquela maravilhosa cidade, São José.

Quero falar, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, sobre um assunto que é da maior importância para todos nós, funcionários públicos, moradores da Grande Florianópolis. Trata-se da questão da mobilidade urbana na Grande Florianópolis.

Nesta semana tivemos uma audiência pública na comissão dos Transportes, dirigida pelo deputado Reno Caramori, que dizia respeito primeiro à cobrança de pedágio do trecho sul da BR-101, que é uma vergonha, pois se trata de um trecho não duplicado, mas o governo cobra pedágio. Mas o que mais nos preocupa neste momento, já que essa questão do pedágio já são favas contadas, e o governo não volta atrás, é a questão da construção do anel viário, porque a empresa que ganhou a concorrência para cobrar pedágio teria obrigatoriamente que fazê-lo, ou seja, o novo trajeto que começaria antes de Biguaçu e terminaria depois de Palhoça. A empresa não cumpriu com o compromisso e a Agência Nacional de Transportes Terrestres não dá uma explicação a Santa Catarina.

Tivemos uma audiência em Brasília e eles ficaram de, em 15 dias, dar uma resposta. Não deram a resposta. Não vieram, deputado Sargento Amauri Soares, à audiência pública, para a qual foram convidados. Não se fizeram presentes, não deram resposta.

Então, só vejo duas alternativas para esse problema. Uma delas é a interferência do Ministério Público. Se há um contrato em que a empresa vencedora tem a obrigação de fazer o anel viário, o Ministério Público tem que fazer com que a mesma cumpra com suas obrigações. E a outra questão é que o governo federal, através da agência reguladora, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, faça a empresa vencedora cumprir com suas obrigações, construindo o anel viário da Grande Florianópolis. Mas ainda quero trazer

esse tema de volta, nesta Casa, em outra oportunidade.

Quero dizer aos servidores públicos que comungo com o pensamento explanado pelos deputados que me antecederam.

Com relação ao que colocou aqui o deputado Joares Ponticelli, que apontou para o Cristo, dizendo que nós íamos ser crucificados como ele, há uma grande diferença: ele teve a capacidade para ressuscitar, nós não temos. Essa é a grande diferença, aqui, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Eu sei que o governador Leonel Pavan encaminhou o projeto, bem intencionado. Agora, eu nunca vi uma balbúrdia maior na minha vida público-administrativa. Eu já fui prefeito desta cidade, fiz plano de cargos e salários, estatuto de magistério, e acredito que os servidores públicos têm que ser tratados de maneira igual, paritariamente, não é possível que um ganhe 100, outro não ganhe nada, um ganhe 60... Isso não existe.

A bancada decidiu hoje, em reunião, que nós só vamos aprovar aumento de salário e gratificações, se forem iguais para todos os servidores do estado de Santa Catarina.

(Manifestações das galerias)

Não é possível! Tratar segmentos iguais de maneira diferente não dá certo. Você começa a reajustar um segmento aqui, outro ali, vem pressão de lá. O governo precisa urgentemente - e agora o governador é Leonel Pavan - criar uma comissão paritária de servidores dos Poderes Legislativo e Executivo e começar a acertar essa barafunda que hoje existe, que é a questão dos reajustes dos servidores públicos de Santa Catarina.

Estou aqui há dois anos e sempre que recebemos projetos de segmentos um é preterido, outro é beneficiado. Agora recebemos um pacote desse tamanho em que algumas fundações ficaram de fora. O Deter ficou de fora, a Imprensa Oficial não foi beneficiada, o pessoal da Educação ganha menos do que um burocrata do palácio. Eu não consigo entender isso, e fica difícil consertar! Esta Casa não tem tempo, deputado José Natal. Esta Casa não tem como analisar isso em dois dias.

Eu não estava aqui no final do ano, estava viajando, quando foram aprovados aqueles projetos, e esta Casa aprovou muita coisa errada. Nem sabe o que aprovou pela pressa nas análises e nas aprovações das matérias. Nós só temos uma saída, não existe outra: o governo recolher isso, mandar através de medidas provisórias para a Assembleia Legislativa. Então aí teremos mais tempo para analisar.

Eu espero, deputado Serafim Venzon, que o governo corrija essas injustiças antes de encaminhar os projetos para cá. Como é que nós vamos fazer? V.Exa. vai votar 100 para um, 40 para outro? Outros ficaram de fora! E as secretarias regionais? Qual é o mote do governo do PMDB, do PSDB, do PTB, do DEM? Não é a descentralização? Por que as secretarias regionais não foram contempladas nesse projeto? Como é que vamos dizer aos servidores que trabalham no interior do estado de Santa Catarina que eles não estão contemplados com nenhum centavo nesse projeto de aumento dos servidores do estado?

Então, precisamos fazer uma reavaliação dessa matéria. Existem algumas questões que o governo encaminhou que são pacíficas, não há problema nenhum de interpretação, de dúvidas. Com relação a essas matérias, eu acho que podemos decidir de maneira até diferenciada. Mas dar tratamento diferenciado para servidores? Na

minha maneira de ver todos merecem!

Segurança é importante? Muito! A Educação é vital, fundamental para a vida de cada cidadão, para o futuro do Brasil, e vai ter tratamento diferenciado? Não vai ter tratamento diferenciado! Então, só existe uma maneira de a bancada votar essa matéria: que seja dado tratamento igual para todos os servidores do estado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Edison Andrino, o pronunciamento de v.exa. é brilhante e coincide com a opinião que emanou dos líderes, na reunião realizada hoje, pela manhã, orquestrada pelo nosso presidente Jailson Lima.

No entanto, com relação ao pronunciamento de v.exa., eu quero pedir para retirar a parte em que cita o governador que encaminhou as matérias. No meu entender, foi um momento de desarticulação por parte da estrutura como um todo que cometeu esse equívoco.

Por isso, então, peço a benevolência de v.exa. para retirar o nome do governador que teria encaminhado a matéria. Foi muito mais um momento de distração, de desarticulação, acredito eu.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu não estou responsabilizando o governador Leonel Pavan por ter mandado esse projeto. Eu disse que houve um engano de sua parte, pela pressa em mandar a matéria, pela falta de análise durante a transição.

É que o deputado José Natal deu a entender que a matéria tinha sido assinada pelo governador anterior, mas quem assinou a matéria foi o governador atual. Eu não estou aqui responsabilizando nem um nem outro. Só que agora acabou o governo do Luiz Henrique! Quem é o governador agora, deputado Serafim Venzon? O governador agora é Leonel Pavan. Ele é que precisa retirar a matéria. Consertar esse erro é muito importante para os servidores públicos de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Edison Andrino

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por nove minutos.

Enquanto o deputado Décio Góes chega à tribuna, gostaria de agradecer ao nosso presidente em exercício, deputado Jailson Lima, pela oportunidade de conduzir a sessão.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, nossa saudação ao companheiro de partido que está dirigindo esta Casa.

Gostaria de colocar a nossa bancada à disposição.

Senhoras e senhores que acompanham a sessão de hoje na nossa Assembleia Legislativa, sejam bem-vindos. Cumprimos aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSc Digital.

Hoje é um dia em que a história praticamente se repete, marca o início do fim deste período, deste governo. E o governo começa então a fazer o que já fez em outras ocasiões para cumprir aquilo que ficou para trás nestes sete anos. Não são sete dias, deputada Odete de Jesus, são sete anos de humilhação para o nosso servidor, de sofrimento, de desgaste, sem reajustes

salariais, e agora, numa tacada só, com 38 projetos para analisar de um dia para o outro, quer resolver o acúmulo de promessas e compromissos que fez com os servidores de Santa Catarina.

Queira Deus - até porque o povo catarinense vai saber votar em 2010 e não vai permitir que esse tipo de governo tenha continuidade - que não seja uma estratégia apenas para ganhar eleição, porque depois o governo pode não cumprir, deputado Sargento Amauri Soares, como aconteceu com a Lei 254 e com tantas outras leis que foram aprovadas nesta Casa de afogadilho, em épocas passadas, semelhantes, que acabaram não sendo cumpridas. Ganham as eleições e não cumpriam.

Nesses sete anos e meio fizeram uma bagunça tão grande no plano de cargos e salários dos servidores do estado de Santa Catarina, que hoje as categorias têm que pensar cada um por si e Deus por todos, tem que tentar buscar uma correção individual, uma correção aqui, outra ali, tudo penduricalho, para poder manter o mínimo de padrão de vida, o mínimo de padrão de remuneração do seu trabalho diário, para servir aos catarinenses. Fizeram uma bagunça, compactaram tabelas, salários e agora, milagrosamente, no final, depois de tanto insistir, estão pretendendo voltar atrás.

Então, a história se repete, esse filme nós já vimos, só que esta é uma versão piorada, deputado Jailson Lima, porque um assinou parte dos projetos ou deixou pronto e foi embora, sumiu, ninguém sabe onde está. Deve estar fazendo campanha por toda Santa Catarina. E o outro tomou posse e foi viajar. Então, o presidente da Assembleia Legislativa teve que assumir o governo, e a Oposição assumir esta Casa, para ajudar agora a resolver a questão que foi criada. E nós não vamos fugir a responsabilidade que nos é dada, pois entendemos que mesmo sem previsão de impactos financeiros, mesmo tendo que analisar rapidamente, estamos buscando a solução, vamos ter que achar uma, porque a corda não pode novamente arrebentar do lado mais fraco, que são os servidores públicos de Santa Catarina.

Agora, alguns princípios têm que ser mantidos. Não é possível vir aqui, ainda no final do governo, com gratificações diferenciadas. Vamos dar gratificação igual para todos os servidores, inclusive para aqueles que ficaram para trás, sejam eles da agricultura, da educação, servidores civis, administrativos, enfim, precisamos dar gratificação igual para todos. Esse é um princípio democrático!

Nós precisamos fazer com que a implantação dessas gratificações seja feita já, neste governo, porque não é mais possível assumir compromisso para o outro pagar, já que depois a conjuntura, a situação, pode ser outra. Por isso, é preciso que esse compromisso seja cumprido agora. E se estiver dentro do compromisso da responsabilidade fiscal, tem que pagar agora.

Também não podem vir para cá projetos como o da Agesc, que perpetua a diretoria atual para os próximos quatro anos no final do governo. Não é possível acontecer ainda esses casuísmos no estágio democrático que estamos vivendo hoje.

Então, são situações que precisam ser esclarecidas, precisam ser resolvidas. Estamos aguardando o presidente, o governador em exercício, para que possamos encaminhar a questão de maneira mais salutar do que aqueles que foram embora, que mandaram e deixaram essa situação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima -

V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada deputado Décio Góes!

Gostaria de colaborar com o discurso de v.exa., mas antes gostaria de cumprimentar as mulheres e homens aqui presentes, mais mulheres, nesta sessão ordinária da Assembleia Legislativa. Sejam muito bem-vindas! É sempre bom ter todos vocês presentes acompanhando as votações neste Plenário.

Deputado Décio Góes, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, estamos orientando esse governo há mais de sete anos. Os servidores públicos estaduais merecem respeito. Hoje era para estarmos discutindo não a gratificação diferenciada entre os setores do serviço público, mas o aumento de salário. É isso que deveríamos estar discutindo e não o projeto da forma casuística como foi mandado para esta Casa num ano eleitoral, a seis meses das eleições.

Quero lembrar também que aqui nós votamos em épocas passadas, num período assim, deputado Sargento Amauri Soares, a Lei n. 254 para os nossos policiais, e até hoje o governo ainda não cumpriu a referida lei. Outra questão importante, deputado Décio Góes, é por que essas gratificações começam a ser pagas esse ano e o próximo governo é que vai finalizá-las.

Então, quero dizer para todos os senhores e senhoras que a bancada do PT não vai opor-se a nada que não seja em benefício dos servidores. Mas fica um ponto de interrogação em suas consciências: por que a diferenciação, por que num ano eleitoral, por que fragmentar e por que servidores públicos começam uma cizânia? Quem está fazendo isso é o governador do estado.

Quero lembrar também, deputado Décio Góes, para finalizar, que foi um bombardeio. Na semana passada assumi o governo, e o governador já viajou. E são 18 projetos para serem analisados de ontem para hoje e de hoje para amanhã, mas nós não vamos nos opor a nada, faremos as emendas necessárias para benefício de nossos servidores públicos.

Muito obrigada!

(Manifestações das galerias)

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Então, não é possível que as coisas sejam encaminhadas desse jeito!

Prometeram R\$ 500,00 de abono para a Polícia Militar e estão mandando um projeto com R\$ 250,00. Faltou a questão do piso nacional dos professores, do porto de São Francisco do Sul, do Iprev, do Deter e de outros órgãos e fundações. Prometeram e não estão mandando nada. A questão da saúde, a incorporação dos abonos também não está...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

Tendo em vista a delicadeza do momento e o nível de responsabilidade desta Casa, o governador em exercício, nosso colega parlamentar Gelson Merisio, chegou aqui na Assembleia Legislativa e nós vamos convidar os líderes de partidos para uma reunião, agora, na sala da Presidência.

Então, vamos suspender a sessão por um período de 20 a 30 minutos, em vista da urgência da matéria e do debate que se impõe aqui, principalmente em respeito ao funcionalismo público como um todo e muito mais aos que aqui estão presentes nas galerias deste Poder.

Portanto, num período de 20 a 30 minutos estaremos reunidos com o governador em exercício, na Presidência, e para isso chamamos todos os srs. líderes.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Queremos informar a todos os presentes nas galerias e aos que estão também presentes no hall desta Assembleia Legislativa, assim como aos telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio AleSC Digital, que este Parlamento vive hoje um momento impar. E isso representa a convicção de todos os líderes partidários, inclusive os da base do governo.

Sabemos da responsabilidade que temos aqui nesta Casa. E após uma reunião com o governador em exercício, deputado Gelson Merisio, que no momento governa o estado de Santa Catarina, juntamente com os líderes, resolvemos que os projetos de lei que estavam nesta Casa sejam transformados em medidas provisórias, das quais faremos a leitura no momento para que não haja prejuízos para os servidores que hoje se encontram envolvidos no bojo desses projetos.

Diante disso, vamos passar à leitura dos encaminhamentos e dos ofícios mandados pelo governador de Santa Catarina em exercício, deputado Gelson Merisio.

(Passa a ler.)

“Ofício n. 3.556, referente à Mensagem n. 1.588, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pelo qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei complementar, de origem governamental, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos do Grupo de Segurança Pública Pericial e adota outras providências.

Ofício n. 3.542, referente à Mensagem n. 1.575, que encaminha mensagem do governador do estado em exercício, pelo qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei complementar, de origem governamental, que altera o dispositivo da Lei Complementar n. 345/2006, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Servidor da Fundação da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

Ofício n. 3.541, referente à Mensagem n. 1.574, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pelo qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei complementar, de origem governamental, que altera critério de cálculos das gratificações que menciona e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.540, referente à Mensagem n. 1.573, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pelo qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei complementar, de origem governamental, que altera critério de cálculo das gratificações que menciona e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.539, referente à Mensagem n. 1.572, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pelo qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei de origem governamental, que concede abono aos servidores do quadro único de pessoa civil da administração direta, lotados em efetivo exercício na secretaria de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e de seus órgãos subordinados, e estabelecem outras providências.

Ofício n. 3.538, referente à Mensagem n. 1.571, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pelo qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei complementar, de origem

governamental, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 317/2005, que cria novas classes na carreira de procurador do estado, dispõe sobre subsídio mensal dos membros de carreira de procurador do estado e que se refere no art. 37, inciso X, § 11; no art. 39, § 4º e art. 135 da Constituição Federal e art. 104ª da Constituição do Estado e adota outras providências.

Ofício n. 3.537, referente à Mensagem n. 1.570, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei de origem governamental que institui a Gratificação de Gestão da Pesquisa e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.536, referente à Mensagem n. 1.569, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei de origem governamental que institui Gratificação de Representação de Agente de Autoridade Policial e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.535, referente à Mensagem n. 1.568, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei de origem governamental que institui Gratificação de Representação para os militares estaduais e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.534, referente à Mensagem n. 1.567, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei complementar de origem governamental, que altera os dispositivos dos planos de carreira e vencimentos dos servidores da administração direta, autárquica e fundacional e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.533, referente à Mensagem n. 1.566, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei complementar de origem governamental que institui a Gratificação Especial de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual para os servidores do Departamento Estadual de Infraestrutura - Deinfra - e secretaria de estado da Infraestrutura - SIE - e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.532, referente à Mensagem n. 1.565, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual solicita a retirada de pauta do projeto de lei complementar de origem governamental, que altera dispositivos da Lei n. 13.533, de 2005, que dispõe sobre a organização, estruturação e funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - Agesc - e o Anexo 9º IX-B da Lei Complementar n. 381, de 2007”.

Após essas leituras, queremos solicitar ao deputado Moacir Sopelsa, secretário desta Casa, que continue a leitura referente às medidas provisórias encaminhadas pelo governador em exercício, nosso colega deste Parlamento, deputado Gelson Merisio, a quem queremos enaltecer e ressaltar o papel político que está ocupando neste momento e, principalmente, a sua maturidade após os estudos, a leitura que fez e o papel que teve de integração com a Assembleia Legislativa.

Por isso ficam de público registrados os nossos parabéns e a nossa deferência ao deputado Gelson Merisio, presidente desta Casa e governador em exercício do estado de Santa Catarina.

Solicito ao secretário da Casa que continue adiante com a leitura que estava fazendo.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - “Ofício n. 3.543, referente à Mensagem n. 1.576, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa a medida provisória que altera os dispositivos da Lei n. 13.533, de 2005, que dispõe sobre organização, estruturação e funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - Agesc -, e o Anexo IX-B da Lei Complementar n. 381, de 2007.

Ofício n. 3.545, referente à Mensagem n. 1.577, que encaminha à secretaria de estado de Coordenação e Articulação mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa medida provisória que institui a Gratificação Especial de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual para os servidores do Departamento Estadual de Infraestrutura - Deinfra - e a secretaria de estado da Infraestrutura - SIE -, dispõe sobre o valor total da despesa com a Gratificação de Serviços de Transportes para os servidores do Departamento de Transportes e Terminais - Deter - e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.546, referente à Mensagem n. 1.578, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa a medida provisória que fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

Ofício n. 3.547, referente à Mensagem n. 1.579, que encaminha à secretaria de estado de Coordenação e Articulação mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa a medida provisória que fixa a tabela de vencimento do quadro de pessoal da administração direta, autárquica e fundacional e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.548, referente à Mensagem n. 1.580, que encaminha à secretaria de estado de Coordenação e Articulação mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa a medida provisória que institui Gratificação de Representação de Agente da Autoridade Policial e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.549, referente à Mensagem n. 1.581, que encaminha à secretaria de estado de Coordenação e Articulação mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa a medida provisória que institui Gratificação de Representação para os militares estaduais e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.550, referente à Mensagem n. 1.582, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa a medida provisória que fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de procurador do estado, a que se refere o art. 37, incisos X e XI, § 11, o art. 39, § 4º, o art. 135 da Constituição Federal, e o art. 104-A, da Constituição do Estado, e adota outras providências.

Ofício n. 3.551, referente à Mensagem n. 1.583, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa a medida provisória que institui a Gratificação de Gestão da Pesquisa e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.552, referente à Mensagem n. 1.584, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício,

pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa a medida provisória que concede abono aos servidores do quadro único de pessoal civil da administração direta, lotados em efetivo exercício na secretaria de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus órgãos subordinados e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.553, referente à Mensagem n. 1.585, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa a medida provisória que altera o critério de cálculo das gratificações que menciona e estabelece outras providências.

Ofício n. 3.554, referente à Mensagem n. 1.586, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa a medida provisória que institui gratificação por atividade técnica em saúde e estabelece outras providências.

Ofício n.3.557, referente à Mensagem n. 1.589, que encaminha mensagem do sr. governador do estado em exercício, pela qual submete à apreciação desta Casa Legislativa a medida provisória que institui o plano de carreiras e vencimentos do grupo de segurança pública - pericia oficial - e adota outras providências."

Eram essas as mensagens, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero agradecer ao deputado Moacir Sopelsa pela leitura de todos as mensagens.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o posicionamento do deputado Gelson Merísio, de v.exa., bem como de todos os líderes.

Sr. presidente, deu para perceber que a unanimidade prevaleceu. Todos os srs. deputados não gostaram nenhum pouco da forma como esses projetos foram encaminhados a esta Casa, ou seja, foi uma vergonha.

Graças a Deus estamos entrando com essas medidas provisórias, mas v.exa. terá de explicar, posteriormente, o funcionamento delas, para que as pessoas que estão aqui saibam exatamente o que vai acontecer operacionalmente.

Então, fico triste por um lado, mas, por outro lado, vi todos os srs. deputados juntos nesse processo, cientes das suas responsabilidades e terminando de uma vez por todas com essa incongruência de entrar nesta Casa trazendo problemas sérios para os funcionários públicos.

Os senhores e as senhoras deverão estar preparados também para participar das discussões dessas medidas provisórias, até para que lá na frente seja encontrado um denominador comum um pouco melhor para toda a sociedade catarinense, principalmente para os funcionários públicos.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, diante da movimentação desses projetos, da transformação do projeto em medida provisória, quero, na qualidade de presidente da comissão de Constituição e Justiça, convocar todos os membros desta

comissão para participarem, amanhã, às 10h, de uma reunião, para podermos votar a admissibilidade dessas medidas provisórias e também de outros projetos pendentes do Tribunal de Justiça que necessitam ser votados amanhã.

Estão, ficam convocados todos os membros da comissão de Constituição e Justiça para uma reunião amanhã, às 10h, para votarmos a admissibilidade dessa medida provisória.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, nós saímos da reunião de líderes com a alma lavada, pois o funcionalismo público será prestigiado com 60%, e isso é maravilhoso, é um momento histórico.

Nós queremos parabenizar o colega deputado e agora governador em exercício Gelson Merísio, que coordenou toda a reunião de líderes.

Parabéns, sr. presidente!

Parabéns para todo o funcionalismo público, porque o momento é histórico, é momento de comemorar!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu também quero parabenizar o governador em exercício, deputado Gelson Merísio, pela agilidade da retirada dos projetos, por ter mandado a medida provisória para este Parlamento e pela isonomia da gratificação de 60% para todas as categorias.

Mas, sr. presidente, eu não posso deixar de falar sobre uma grande injustiça que se está cometendo nas medidas provisórias que serão votadas amanhã. Ou seja, veio para esta Casa, na medida provisória, a gratificação somente para o nível superior da secretaria da Saúde. E o nível médio?

(Palmas das galerias)

Eu vi que o deputado Dado Cherem está preocupado com isso e está tentando falar com o governador. Então, vamos tentar corrigir isso até amanhã, porque se configurar gratificação somente para o nível superior será uma grande injustiça a todos os funcionários de nível médio da secretaria da Saúde.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, está de parabéns de fato o governador em exercício Gelson Merísio, que leu e interpretou o sentimento desta Casa, que quer que todos os funcionários sejam tratados, no mínimo, com equidade. Mas nós conversamos, na reunião de líderes, com todos os deputados que estavam preocupados com essa questão da equidade, no sentido de que ela também seja destinada aos funcionários da Saúde a que o deputado Darci de Matos já se referiu. Estamos apenas aguardando o amanhecer no Japão, para que o deputado Elizeu Mattos, líder do governo, possa acertar isso com o governador, para que também os funcionários da Saúde sejam agraciados neste projeto.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Jailson Lima) - Antes de entrar na Ordem do Dia, quero somente esclarecer que amanhã, pela manhã, a comissão de Constituição e Justiça se reunirá para dar o parecer pela admissibilidade, convidando todos os membros dessa comissão para participarem dessa reunião, como já falou o deputado Romildo Titon, ocasião em que será colocado em votação no plenário o parecer pela admissibilidade. Vamos torcer para que o líder do PSDB consiga conversar com o governador Leonel Pavan, que é do partido, e com o deputado Serafim Venzon, para ver se será possível dar agilidade a esse processo, para quem sabe até amanhã, pela manhã, possa vir a esta Casa também essa medida provisória referente aos funcionários da Saúde. Entendemos que o pleito é justo e mais do que correto, até porque o fluxo de pagamento sai do Fundo Estadual de Saúde e dos recursos que já são providenciados pelo próprio Ministério da Saúde, e isso desafogaria, de certa maneira, mais o estado.

No entanto, cabe aqui a nossa deferência ao deputado Gelson Merísio, que em nenhum momento está adotando nenhuma postura sem antes ter a aprovação de fato do governador do estado de Santa Catarina Leonel Pavan.

Diante das explicações, todos devem saber, os presidentes, que após aprovada a admissibilidade em plenário, durante 60 dias, que a Assembleia Legislativa terá um prazo de homologação para o processo em lei, em que será debatido o mérito dessas medidas provisórias, sendo que possíveis mudanças poderão ser implementadas.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, só quero falar a título de colaboração. Além da admissibilidade das medidas provisórias, nós temos outros projetos que serão deliberados amanhã que também obedecem a um prazo. São projetos menos polêmicos, mas que obedecem a um prazo devido à legislação eleitoral. Portanto, não há somente essa questão da admissibilidade.

Sr. presidente, olhando a Ordem do Dia, vi que temos discussão e votação de vetos. E os líderes fizeram um acordo de que hoje e amanhã não iriam deliberar sobre vetos. Estou só lembrando v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Só para tranquilizá-lo, deputado Elizeu Mattos, informo a v.exa. que eles já foram retirados da pauta de leitura da Presidência.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, v.exa. que preside esta sessão, eu queria pedir vênua, permissão aos srs. líderes para me ausentar neste momento, pedindo a todos compreensão. Mas antes quero, caro presidente Jailson Lima, deixar registrado, através das nossas taquígrafas, que a Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina deliberou uma carta, na sexta-feira passada, em Concórdia, com o senador Paulo Paim, a qual foi lida, ontem, no Senado, e hoje está sendo lida na Câmara dos Deputados, que está sendo encaminhada ao Congresso Nacional, sobre a revisão dos valores das aposentadorias.

E a pedido da direção da Federação

das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, quero deixar registrado esse documento. Espero que a Casa possa, deputado Jailson Lima, encaminhar uma cópia a cada deputado para que, na próxima semana, possamos nos pronunciar sobre isso.

Agradeço a v.exa. e especialmente a compreensão dos srs. deputados.

Muito obrigado!

"CARTA DE CONCÓRDIA

'A concórdia e a justiça social começam por aqui!'

A FEAPESC - Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina -, juntamente com a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Concórdia, e aposentados e pensionistas das diversas regiões do estado de SC, reunidos no Centro de Eventos de Concórdia, realizaram o 6º Encontro Estadual dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Santa Catarina, reconhecendo todos os avanços conquistados ao longo dos últimos anos, pela aprovação do Estatuto do Idoso, dos avanços sociais obtidos mesmo diante da crise mundial na qual o Brasil conseguiu passar sem maiores dificuldades financeiras, tornando-se uma referência mundial e diante da necessidade de continuarmos unidos e mobilizados na busca de nossos direitos, resolvem:

1 - Lutar e exigir a aprovação dos projetos do senador Paulo Paim, que garantem o reajuste igual ao salário mínimo, com recuperação das perdas em nossas aposentadorias e pensões;

2 - Gestão quadripartite da Seguridade Social com poderes deliberativos;

3 - Construção de hospitais e unidades de saúde e assistência para os idosos, para o atendimento aos aposentados, pensionistas e idosos, oportunizando a utilização do Fundo Social dos direitos do idoso no estado de Santa Catarina;

4 - Apoio financeiro para criação e implementação das novas modalidades de atendimento ao idoso em Santa Catarina, a partir do orçamento da União, Estado e Município para 2011;

5 - Defesa e fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS -, com menos burocracia;

6 - Efetiva implantação dos direitos e garantias assegurados pelo Estatuto do Idoso, com a aplicação imediata da Política Nacional do Idoso;

7 - Reforma Tributária calçada no princípio da justiça social, com aplicação de parte dos recursos do pré-sal na Previdência Social;

8 - Uso integral da Seguridade na Previdência, Saúde, Assistência Social e proteção ao trabalhador.

Ressaltamos que só queremos aquilo que é nosso por direito.

Concórdia, 26 de março de 2010.

(a) Warley Martins Gonçalves

COBAP

(a) Iburici Fernandes

FEAPESC

(a) Agostinho Schiochetti

ASAPREV/Concórdia/SC"[sic]

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Sr. presidente, eu gostaria de fazer um pedido: que amanhã nós pudéssemos votar a admissibilidade das medidas provisórias no início dos trabalhos nesta Casa, deixando as

Breves Comunicações para posterior. E, além disso, incluir também na pauta de amanhã todos aqueles projetos que estão pendentes nesta Casa e que são possíveis de deliberar, para que nós possamos, com exceção dos vetos, dar andamento aos trabalhos e agilizá-los.

Por outro lado, não poderia deixar de registrar que a nossa bancada também é solidária com todos os colaboradores da Saúde. Portanto, a nossa visão e o nosso entendimento é de que esse aumento seja estendido a todos os servidores da Saúde, por uma questão de justiça.

São estas as minhas colocações, sr. presidente!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, não tivemos a oportunidade de falar no horário dos Partidos Políticos e agora queremos registrar também a nossa solidariedade com todos os servidores públicos estaduais que estão sendo discriminados pelo tratamento salarial do governo do estado. Os servidores da Saúde continuam sendo discriminados pelo governo do estado, ainda dependendo de um telefonema para o governador Leonel Pavan lá no Japão para que ele busque resolver isso.

Queremos registrar o nosso repúdio veemente à continuidade da discriminação salarial com relação aos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. É um absurdo que este final de feira do governo Luiz Henrique da Silveira esteja tratando o salário dos servidores da Segurança Pública com a diferença de oito vezes, quando existe uma lei complementar aprovada aqui dizendo que a diferença deve ser de quatro vezes.

Então, gostaríamos de manifestar o nosso repúdio pela continuidade da discriminação.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Diante da solicitação do deputado Silvío Dreveck, eu gostaria de solicitar aos srs. líderes que se manifestassem sobre a possibilidade de amanhã iniciarmos com a votação das medidas provisórias.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0333/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0406/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0518/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0140/2010, 0146/2010 e 147/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0144/2010, de autoria do deputado Darci de Matos; 0145/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0148/2010, de autoria do

deputado Edison Andrino; 0149/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0150/2010; 0151/2010 e 0157/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0152/2010 e 0158/2010, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0153/2010 e 0154/2010, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0155/2010 e 0156/2010, de autoria do deputado Darci de Matos; e 0159/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0299/2010, 0300/2010, 0301/2010, 0302/2010, 0303/2010, 0304/2010, 0305/2010, 0306/2010, 0307/2010 e 0308/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0309/2010; 0310/2010; 0311/2010; 0312/2010; 0313/2010; 0314/2010; 0315/2010, 0316/2010, 0317/2010 e 0318/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0319/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0320/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0322/2010 e 0323/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0324/2010 e 0325/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0327/2010, 0328/2010, 0347/2010, 0351/2010 e 0354/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0330/2010, 0331/2010, 0332/2010 e 0334/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0333/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0335/2010, 0336/2010, 0337/2010, 0338/2010, 0339/2010, 0340/2010, 0341/2010, 0348/2010, 0349/2010 e 0350/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0342/2010 e 0343/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0344/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; e 0353/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Requerimento n. 0321/2010, de autoria da bancada do PT, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Florianópolis, sugerindo a observância das normas que asseguram que o processo de elaboração, implementação e execução do plano diretor deve ser participativo, devendo ser compartilhado por meio da efetiva participação do poder público e da sociedade civil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0326/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado e ao presidente da Celesc Holding, pedindo o cancelamento da assembleia-geral extraordinária, designada para o dia 31 de março de 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0329/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Blumenau, sugerindo providências no sentido de viabilizar a imediata reforma da Escola Básica Municipal Duque de Caxias.

Em discussão.

(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0345/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da TIM em Santa Catarina, pedindo a instalação de torre de telefonia celular no distrito de Volta Grande, no município de Rio Negrinho.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0346/2010, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Saúde, pedindo a inclusão dos grupos etários de 2 a 20 anos e de 40 a 60 anos na campanha de Vacinação de Combate à Gripe AH1N1.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0352/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Florianópolis, sugerindo que apresente pedido ao governo do estado para a doação da área remanescente da Praça Nossa Senhora de Guadalupe em prol da Ação Social Nossa Senhora de Guadalupe.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação n. 0044/2010, de autoria da bancada do PT, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre quais servidores foram beneficiados pela regra estabelecida no § 3º, do art. 31, da Lei Complementar n. 485, de 11 de janeiro de 2010, bem como o órgão de origem e destino dos respectivos servidores.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação n. 0045/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a execução e o prazo de conclusão das obras do projeto Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima da Violência.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação n. 0046/2010, de autoria da deputada Ada De Luca, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre a necessidade de habilitação, qualificação, formação e capacitação dos professores cedidos pelo Ceja às Casas Familiar do Mar e Rurais.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação n. 0047/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao diretor do Detran, solicitando informações sobre a cobrança de taxa relativa à fotografia da numeração do chassi.

Em discussão.
A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSc Digital!

Acredito, sr. presidente e srs. parlamentares, que essa informação, motivo pelo qual faço esse pedido de informação, diz respeito a todos os catarinenses.

Sr. presidente, nestes últimos meses temos recebido inúmeras reclamações de proprietários de veículos, ou de pessoas interessadas em adquirir um veículo usado, sobre a exigência do pagamento de um serviço de fotografia da numeração do chassi, independentemente este se encontra em local visível ou de fácil acesso.

O que ocorre, senhores, é que essas reclamações que tenho recebido já se tornaram, inclusive, habituais na minha cidade e em outras cidades circunvizinhas, através das emissoras de rádio, que dão conta da exigência - e acredito ser arbitrária -, do pagamento dessa fotografia tirada do número de chassi que fica vinculado ao motor, ao custo, deputado Serafim Venzon, de R\$ 80,00, sem qualquer avaliação da visibilidade ou não do número do chassi. Se ele fica lá, o Detran já o encaminha para uma oficina mecânica, que eu não sei onde está credenciada. Por isso, o nosso pedido de informação, para que essa fotografia seja tirada.

Formalizei esse pedido de informação ao diretor do Detran de Santa Catarina para esclarecer a esta Casa e também a todos os catarinenses que se sentem indignados com esse procedimento, principalmente no tocante à cobrança dessa fotografia, cujo custo deveria já estar abrangido pelas taxas cobradas do Detran, quando da vistoria - quando há essa vistoria lacrada - e da transferência do veículo -, em que o Detran cobra, atualmente, cerca de R\$ 71,70 e R\$ 87,20, respectivamente.

E mais: sendo obrigatória a coleta do número de chassi pelo meio de fotografia, quais os critérios utilizados para definir os veículos que estão com difícil visualização e acesso a essa numeração? Porque hoje chegou no Detran, em algumas cidades, e não são todas as cidades... Por exemplo, em Balneário Camboriú encaminham apenas para uma oficina. Porque, segundo informações da Comarca de Ituporanga, deputado Jailson Lima, na região do alto vale do Itajaí não é cobrado esse tipo de fotografia. Na região de

Blumenau e na região do litoral de Santa Catarina esse procedimento é cobrado.

E ainda mais: quais as empresas que estão realizando esses serviços para o Detran? E de que forma foi feito o credenciamento dessas empresas, já que se trata de um serviço de natureza pública? E a que custo está sendo feito esse serviço?

Parece-me, srs. deputados, que na região de Blumenau é um preço e na região do litoral é outro preço. Não há uma normativa do Detran quanto a isso, e em nenhuma outra cidade também está sendo cobrado esse tipo de serviço.

Então, senhoras e senhores, como parlamentares nós temos a obrigação de apurar possíveis irregularidades nos serviços prestados aos nossos contribuintes. E, mais do que isso, devemos saber se o custo desse serviço de fato é necessário, já que existem taxas específicas para a realização dos mesmos.

São questionamentos dessa natureza, sr. presidente, deputado Jailson Lima, que nós formulamos ao Detran, no aguardo das explicações que possam justificar essa verdadeira - e eu considero assim - indústria fotográfica que se apresenta um Blumenau e em parte do médio vale do Itajaí. E estamos atentos e aguardamos a manifestação para informar e, principalmente, defender os interesses da nossa população.

Ora, senhores, se isso é uma normativa do Detran, por que apenas algumas cidades catarinenses estão cobrando esse tipo de serviço? Por que o Detran também não fez uma licitação para que algumas empresas fossem credenciadas para esse tipo de serviço?

Para ter essas respostas é que estamos fazendo esse pedido de informação, esperando que o Detran se manifeste. Acho que é um absurdo, pois o nosso contribuinte está sendo lesado mais uma vez. Se já pagamos a taxa de transferência para fazer a verificação nesses carros, por que mais uma taxa, que é a taxa da fotografia? E está sendo instituída no estado de Santa Catarina a indústria da fotografia, porque nenhuma normativa do governo do estado foi feita a esse respeito. Portanto, esperamos que essa resposta venha o mais rápido possível.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero apresentar uma sugestão para a sessão de amanhã, considerando que amanhã teremos uma vasta pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado, se v.exa. nos permitir, vamos terminar de apreciar o pedido de informação e depois lhe concedo a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) Continua em discussão o pedido de informação de autoria da deputada Ana Paula Lima.

(Pausa)
Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação n. 0048/2010, de autoria da bancada do PT, a

ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre quais foram as ações incluídas no Orçamento geral do estado elencadas pela comunidade durante a realização das audiências públicas do Orçamento Regionalizado de 2008 e 2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0049/2010, de autoria da bancada do PT, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre qual o valor total de recursos financeiros que o estado de Santa Catarina recebeu do governo federal referente à repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide -, no exercício de 2003 a 2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Agora, sim, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero passar à sua apreciação, bem como à apreciação dos líderes nesta Casa, uma sugestão: considerando a pauta de amanhã, proponho iniciarmos a sessão às 14h já no horário dos Partidos Políticos, seguido da Ordem do Dia, para que tenhamos um tempo maior. E depois, se sobrar tempo, passaremos à Explicação Pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Serafim Venzon, tendo em vista um acordo de líderes, amanhã iniciaremos a sessão no horário dos Partidos Políticos e, na sequência, colocaremos em votação a admissibilidade das medidas provisórias.

Finda a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. Deputados e sras. deputadas, na tarde de hoje acompanhamos de perto esse momento turbulento que vive o Executivo do estado de Santa Catarina.

Deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, nós viemos acompanhando essa trajetória há mais de sete anos e, quando se fala do número sete, há todo um sentido positivo. O número sete tem a compreensão da união entre o transcendente e o imanente. É a soma de duas realidades perfeitas, a realidade cósmica e a realidade transcendental. Mas, na verdade, o Executivo do nosso estado está muito distante dessa realidade. Não tenho dúvida nenhuma, muito distante! E é uma pena para a sociedade catarinense.

Nós acompanhamos ao longo dessa trajetória essa turbulência. Aliás, diga-se de passagem, nós podemos considerar esse último mandato nulo, inexistente para a sociedade catarinense. O governador, tendo sido eleito, já de imediato teria feito previsões da sua corrida ao Senado, da sua renúncia, e desde daquele momento deixou de existir o governo no estado de Santa Catarina.

Foi uma atrapalhada atrás de outra.

É só puxarmos pela memória. E mais, no momento em que renúncia ao cargo vem essa enxurrada, essa demanda de projetos totalmente distorcidos. São projetos que frustram a caminhada, a história, a expectativa dos servidores públicos do estado de Santa Catarina. Por sete anos não foram contemplados. Tivemos apenas abonos que foram acabando com a carreira de todos os nossos servidores públicos.

Assistimos e acompanhamos há pouco a reunião que aconteceu entre os líderes de todos os partidos que compõem esta Casa juntamente com o governador em exercício, deputado Gelson Merísio, que pelo menos nos tem dado um tempo a mais para debater, discutir, mas acima de tudo para que possamos compreender e entender essa parafarnália de projetos encaminhados a esta Casa para aprovação em questão de 24 horas. E nesse tempo é humanamente impossível poder compreender o que cada matéria trata.

Já vivemos essa realidade e esse contexto no final do ano, quando da votação de inúmeros projetos, inúmeras matérias, sem haver a compreensão dos mesmos, sem haver o tempo hábil para se fazer um estudo e até mesmo sugerir melhorias. E agora, no momento da renúncia, está até comprometendo o governador que assume e, pior de tudo, o deputado Gelson Merísio, que assume o governo por três, quatro dias, colocando-o numa situação dessas. Ainda bem que uma luz iluminou o nosso governador em exercício neste momento, juntamente com a Assembleia Legislativa e todos os líderes, a tomar pelo menos um encaminhamento para amenizar essa situação. E teremos assim em torno de 60 dias para podermos compreender e entender e, ao mesmo tempo, sugerir qualquer tipo de melhoria à medida provisória que chega à tarde de hoje nesta Casa.

Eu quero fazer referência a um encaminhamento que fiz ao governo do estado de Santa Catarina que gira em torno de uma portaria do governo federal que permite descontos de 60% a 90% na tarifa de luz resultante do emprego da energia elétrica no uso de irrigadores no período de 21h30 às 6h da manhã.

Nós fizemos o encaminhamento da Portaria n. 105, da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, para que o governo do estado envie um projeto de lei a esta Casa estendendo esses benefícios a todos as atividades produtivas da nossa agricultura familiar, ou seja, que essa redução neste horário da noite possa ser estendida a todos os agricultores familiares dos diversos setores produtivos do estado de Santa Catarina; que esse benefício realmente se dê independentemente do setor, seja ele da produção de grãos ou até mesmo do próprio pescado. Já existe o incentivo em nível federal; então, que também seja estendido através do governo do estado aos nossos agricultores.

É um encaminhamento extremamente importante e espero que o governo do estado de Santa Catarina, que agora assume por mais oito meses, quase nove meses, possa encaminhar a esta Casa um projeto de lei contemplando os agricultores familiares com esse benefício, com a redução da cobrança da tarifa de luz, com um desconto de 60% a 90%, pelo menos na parte noturna, para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado.

Como amanhã não vou estar aqui, pois tenho atividade já marcada dentro da Semana Santa, na minha condição de padre em exercício no atendimento da minha função, quero desejar a toda população catarinense que esta Páscoa, revestida do tema da

Campanha da Fraternidade A Economia e Vida, possa suscitar uma vida nova a cada cidadão e cidadã catarinense, que ela possa possibilitar a busca da realização pessoal, comunitária e familiar de cada um de nós. Que o Cristo ressuscitado possa ressuscitar em cada momento, instante, situação, no coração e nas ações dos queridos irmãos e irmãs na fé e na esperança. E que possamos lutar na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, humana e que a justiça possa ser fruto de toda essa realidade a partir das nossas ações.

Uma Feliz Páscoa a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, quero em primeiro lugar cumprimentar aqui o planalto norte de Santa Catarina, com a permissão do deputado Silvio Dreveck, e de forma especial a minha segunda terra natal, Rio Negrinho.

No dia de hoje o Colégio Manoel da Nóbrega completa 40 anos de existência. Um grande colégio de 2º grau. Um colégio que eu vi nascer e ser construído, em que fui aluno durante dois anos e depois professor por dois anos e meio.

Hoje, na sessão da Câmara Municipal de Rio Negrinho, será prestada uma homenagem aos 40 anos do colégio, e a toda comunidade de Rio Negrinho, que tanto fez para engrandecer e que cresceu através daquele colégio e de outros tantos que temos lá.

O Colégio Manoel da Nóbrega ainda se destaca e é um orgulho para o povo de Rio Negrinho.

Meus parabéns aos vereadores por estarem prestando essa homenagem ao povo de Rio Negrinho, aos professores, aos alunos, aos ex-alunos, a toda comunidade acadêmica que passou por aquele colégio, que merece essa consideração de todo o planalto norte catarinense e especialmente desta Casa.

Eu queria, sr. presidente, destacar uma segunda coisa muito importante com relação ao que aconteceu ontem e hoje nesse período limbo do governo, ao mesmo tempo em que esgota o prazo para aprovar alguma lei que possa valer ainda agora para os funcionários públicos ou para qualquer outra coisa, tendo em vista a lei eleitoral. Por isso o limite para a aprovação teria que ser amanhã ou depois, para ser publicada, no máximo, até sexta-feira, sábado ou segunda-feira. Assim foram apresentados aqui de forma rápida todos esses processos.

O governador em exercício, também presidente desta Casa, atendendo ao clamor de todos os deputados, a começar pelos líderes, transformou em medidas provisórias os projetos que teriam que passar por uma análise, que depois de aprovados passariam a ter sua validade permanentemente. E entendeu, em comum acordo com os líderes e com esta Casa, que transformássemos aqueles projetos de lei em medida provisória passaria a valer a partir de agora, porém, esgotaria o seu valor, o seu efeito em 30 dias, 60 dias.

Esse prazo é o tempo em que esta Casa vai discutir com a sociedade, com todos os interessados sobre quais são, de fato, as alterações e o que queríamos aprovar desses projetos todos. Por isso, quero aqui saudar, de

forma muito especial, todos os parlamentares que buscaram junto com o governo essa alternativa. Ao mesmo tempo em que não prejudicamos as boas intenções dos bons projetos desta Casa, do governo e dos servidores, também não inviabilizamos que possam ser alterados agora nos próximos 30 dias, 60 dias.

Quero enfatizar aqui a questão da agência reguladora num país onde a privatização passou a ser muito importante. No sistema de privatização há que se ter normas para garantir a qualidade de serviço. Quando alguém vende café, milho, arroz, feijão, carne, o próprio mercado se regula. Agora, como fazer para vender água que há na torneira? Só existe uma empresa que vai vender água na cidade. Como vender gás, se nós não podemos colocar 15, 20, 30 linhas paralelas de gás para que a concorrência regule o mercado? Como fazer com as empresas telefônicas? Pode haver 3, 4, 5 empresas, como há, mas não dá para ter uma imensidão, como eu disse, com relação a outros produtos, de forma que a autorregulação para o mercado passa a ser ineficiente nesses casos. E aí entra a importância das agências reguladoras.

Santa Catarina, em 2005, criou a agência reguladora, que possui na sua estrutura um diretor executivo, um diretor administrativo, um serviço de regulamentação e permissão, uma diretoria jurídica, enfim, um quadro de funcionários que permite o bom funcionamento dessa agência. Essa diretoria executiva é coordenada basicamente por um conselho superior. Quem de fato manda é o conselho superior, não a diretoria executiva. Qual a grande alteração que o projeto de lei que está sendo encaminhado para esta Casa traz? Altera esse valor, ou seja, o órgão maior não será mais o conselho. O conselho não é mais o órgão forte e sim a diretoria executiva. E ainda está cometendo o equívoco de dar-lhe poder nos próximos quatro anos, não podendo ser alterado nos próximos quatro anos.

Por isso, a partir de amanhã, do momento, sr. presidente, em que essa medida provisória que incorpora a alteração da Agesc for lida aqui e encaminhada para a comissão, será analisada. Eu já apresentarei uma emenda substitutiva que vai garantir que o conselho seja o órgão máximo. Já que a medida provisória prevê que em vez de três conselheiros passamos a ter cinco conselheiros, também na minha emenda substitutiva vou apresentar cinco conselheiros. Mas o conselho será o órgão superior, o órgão que vai determinar tudo o que a diretoria executiva vai fazer.

Por isso, sr. presidente, peço o apoio de v.ex.a., dos demais parlamentares, para que em momento oportuno nós analisemos essa proposta e possamos deixar a agência reguladora forte. Uma agência reguladora forte significa a sociedade recebendo um bom serviço. A empresa que presta serviço estará tendo a garantia de que será ressarcida, de que receberá por aquilo que faz, e ao mesmo tempo o governo, que tem o compromisso de garantir a boa qualidade dos serviços, poderá olhar para o seu povo de cabeça erguida.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo inscrito, o eminente deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, colegas catarinenses e servidores públicos, alguns em vigília nesta Casa. Afinal de contas, estamos na Semana Santa, que é a semana da vigília,

deputado Ismael dos Santos, do sacrifício. Mas centenas e milhares de servidores não estão aqui de vigília somente hoje, não! Há servidores que nós encontramos aqui nesses corredores que são velhos conhecidos já há três, quatro, cinco, seis, sete anos.

Desde que o governador fugiu e assumiu tantos compromissos, logo no início, já começamos a perceber que aqueles compromissos, aqueles discursos não tinham consequência e alertamos em várias oportunidades.

Eu me recordo, por exemplo, deputado Silvio Dreveck, quando votamos aqui a tal da Lei Complementar n. 254, como se fosse hoje. Essas galerias estavam lotadas, deputado Sargento Amauri Soares, de policiais, de praças, e alertamos naquela ocasião: "Tomara que isso não seja um cheque sem fundos". Pois acabou acontecendo!

O governador da renúncia/golpe, o governador fujão, deputado José Natal, foi embora e deixou para esta Assembleia, não só para o governador Leonel Pavan, mas para esta Assembleia, toda essa problemática por ser resolvida.

Como último ato, antes da fuga dos compromissos, da fuga das promessas, como último ato, antes da renúncia/golpe, sua excelência encaminhou para esta Casa o chamado pacote, colocando, como já disse, esta Assembleia no brete, obrigando-nos, num exíguo espaço de tempo, a discutir sobre matérias que vão influenciar, que vão interferir na vida dos servidores, das servidoras e de suas famílias.

Eu imaginava, deputado Silvio Dreveck, já que levou tanto tempo, e teve sete anos e três meses para isso - é verdade que neste mês encontrou tempo para conceder aposentadoria, pensão vitalícia para Eduardo Pinho Moreira e agora para o seu sucessor -, que tivesse encontrado um meio de pelo menos encaminhar matérias decentes, bem pensadas, que pudessem resgatar uma parte da dívida que tem com o servidor. Mas o que sabemos, aquilo que ouvimos dos servidores, porque sequer conseguimos ler as matérias ainda, é que a injustiça salarial foi ampliada nas propostas que aqui chegaram no afogadilho, pois servidores estão sendo tratados de forma desigual, sem nenhum critério, sem nenhuma justificativa.

Recebi há pouco e-mails e ligações de servidores das SDRs, por exemplo, questionando por que atribuir vantagens e gratificações aos servidores daqui, esquecendo os do interior, e questionando que descentralização é essa. Ou seja, sua excelência, além de fugir dos compromissos, além de renunciar de forma golpista, rasgou na saída, quando pegou a porta dos fundos para deixar o governo, o seu principal discurso, o discurso da descentralização.

Eu não sei como esse homem vai andar pelas ruas pedindo voto para o seu projeto de senador. Honestamente, não sei! Não vai ser de peito aberto, não vai ser de cabeça erguida. Não é dessa forma que ele vai poder dirigir-se aos mais de 500 mil votantes que estão nas casas dos servidores e servidoras. Sim, porque são 170 mil famílias entre ativos e inativos. Computando uma média de três votos em cada família, teremos um universo de mais de meio milhão de votos. Para estes ele não vai poder pedir voto olhando nos olhos - nem para os da ativa e muito menos para os inativos. Não dá para esquecer que aqueles que deram 25, 30, 35 anos da sua vida para servir ao estado e à população catarinense encontram-se também em situação de miserabilidade.

Eu não participei da sessão de

renúncia de sua excelência, o governador fujão, porque não testemunharia uma renúncia/golpe, por isso estive fora, longe desta Casa naquele dia, descumprindo a minha função, sim, pois aqui deveria estar, porque sou remunerado para isso, mas mantendo-me firme aos meus princípios de não participar, de não testemunhar um ato golpista como praticava Luiz Henrique da Silveira, o governador fujão.

Recordo-me do ditado que diz que o maior mentiroso é o que acredita na sua própria mentira. Parece-me que é o que acontece com sua excelência, o governador fujão, que chegou a dizer num determinado momento que a Suíça é aqui. Suíça? Para quem? Para quem, governador fujão, além de vossa excelência e dos seus bem aquinhoados ao longo desses sete anos, de um governo que apodreceu, de um governo que chega a um final melancólico, de um governo que tem a sua reputação questionada em todos os recantos deste estado?! A Suíça é aqui? Talvez para uma pequena ou grande legião de comissionados bem tratados, com as contas fartas e talvez com muito material, muito santinho na bolsa para subir e descer morro pedindo votos.

Mas o professor, que foi enganado em 2002, quando lhe foi prometida a equiparação ao salário do professor de Joinville, que foi enganado novamente em 2006, certamente não cairá no erro pela terceira vez. Nem o policial militar, deputado Sargento Amauri Soares, que teve a revogação do contrato do pagamento da Lei n. 254, que, como digo sempre, virou a lei 171.

O que não dá para compreender na atitude deste governo, deputado Silvio Dreveck, é que a arrecadação quadruplicou no período! Para onde foi esse dinheiro todo? Não vieram os barcos voadores, não veio o metrô de superfície na capital, não veio mais uma ponte, não veio o túnel. A ponte Hercílio Luz, que já teve até *outdoor* agradecendo a sua excelência, o governador fujão, não tem nem prazo para ser entregue. Aonde foi, portanto, essa dinheirama toda? O que foi feito nesse tempo?

Ele deveria envergonhar-se de contar as vantagens que veio aqui contar e deixar os servidores sem um caminho, sem um porto seguro. Sorte que esta Casa, na responsabilidade do comando do seu presidente, que é governador em exercício, teve o bom senso de converter todas aquelas matérias em medidas provisórias, o que nos dará 60 dias para buscar a correção das injustiças que o injusto governador fujão praticou no último ato antes da renúncia/golpe.

Nós vamos debater tudo à exaustão; vamos ter audiências públicas e depois de um longo debate vamos mais uma vez mostrar que muito falou, muito se vangloriou o governador fujão e pouco fez pelo servidor, pelo cidadão e por Santa Catarina!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Joares Ponticelli, v.ex.a. colocou com propriedade e com conhecimento que o governador que renunciou deixou, no mínimo, de fazer justiça com o funcionalismo público catarinense. Essa última atitude de encaminhar a esta Casa 15 projetos de lei, projetos que não enviou durante sete anos, é um absurdo! Não se admite querer que agora, em apenas sete dias, deliberemos acerca de matérias tão complexas. Certamente, se não

fosse a atitude do governador em exercício, deputado Gelson Merisio, transformando os projetos em medidas provisórias, cometeríamos falhas, como as que já ocorreram no passado.

Portanto, não foi uma atitude democrática de sua excelência. Nós vivemos numa democracia e não se admite o encaminhamento de projetos a esta Casa com um prazo inexecutável para qualquer parlamentar tomar conhecimento e deliberar com conhecimento de causa.

Fica aqui o nosso protesto contra essa última atitude do governador que renunciou ao mandato, lembrando ainda que não incluiu no pacote os servidores da Saúde, ou seja, grande parte não foi contemplada.

Mas eu quero, deputado Sargento Amauri Soares - e acredito que estou lúcido e consigo gravar as palavras proferidas -, reportar-me à manifestação do ex-governador Luiz Henrique nesta Casa, no dia em que renunciou ao mandato e fez um relatório de suas realizações por Santa Catarina. Não quero aqui contestar as obras e os serviços públicos bem feitos, esses até quero reconhecer. Mas não concordo com que afirmou desta tribuna, neste plenário: que o seu governo investiu 28% em educação e mais de 12% em saúde pública. Não é verdade!

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, que é uma instituição na qual acredito - e confio tanto nos conselheiros quanto nos colaboradores e técnicos -, registrou em seu relatório dados que quero aqui declinar, para que chegue ao conhecimento de todos os catarinenses através da TVAL e da Rádio Alesc Digital. Em 2006, o governo do estado aplicou em educação 20,28%; portanto, não aplicou os 28% referidos por Luiz Henrique, muito menos os 25% definidos pela Constituição. Em 2007, aplicou 20,66%, e em 2008, 21,82%. Logo, o que deixou de investir em educação nesses três anos em educação somam R\$ 804.951.348,58!

Na saúde, srs. deputados, srs. telespectadores, o governo do estado, em 2008, aplicou apenas 11,66%; portanto, deputado Ismael dos Santos, R\$ 25.979.855,10 a menos.

Portanto, não posso concordar com a fala do ex-governador, com o seu registro, quando anunciou ao povo catarinense que havia aplicado em educação mais que a determinação constitucional, ou seja, 28%. Não é verdade! E na saúde também não é verdade! E isso sem considerar o Seitec, que deixou de alocar mais de R\$ 350 milhões na Educação, R\$ 165 milhões na Saúde e R\$ 121 milhões para os municípios, em apenas quatro anos!

Ora, srs. deputados, não há como concordar! E o povo catarinense não pode aceitar somente a propaganda oficial, tem que ver o que de fato aconteceu.

Em 2008, segundo o relatório do Tribunal de Contas, os registros contábeis do estado totalizaram esses gastos em R\$ 170 milhões. Agora estou falando da Segurança Pública: R\$ 170 milhões, 1,6% do total, representando uma queda, srs. deputados, de 84,4% em relação a 2007. E o governo veio aqui e falou que fez investimentos como nunca na história de Santa Catarina. Mas a demonstração está clara no relatório.

Outra área com significativa queda na aplicação de recursos foi a agricultura: R\$ 84, 800 milhões. Já no setor de transporte houve uma queda de R\$ 212,400 milhões, significando uma perda de 75,6% e 43% em relação a 2007.

E há mais! O art. 170 da

Constituição do Estado, que é o que prevê a distribuição de bolsas de estudo aos alunos carentes nas faculdades, não foi cumprido integralmente, visto que o governo do estado deveria ter aplicado R\$ 94 milhões, ou seja, 5% do mínimo constitucional, mas aplicou somente R\$ 41 milhões, o que corresponde a 2,2% do mínimo constitucional a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino superior.

Não foi cumprido o inciso I do art. 1º da Lei Complementar n. 281/2005, que estabelece os limites mínimos para a destinação aos alunos matriculados em fundações educacionais de ensino superior. Ou seja, deveriam ter sido aplicados R\$ 84,5 milhões, o que corresponde a 4,5% do mínimo constitucional a ser aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino, no exercício de 2008, porém foram aplicados apenas R\$ 37,3 milhões, o que equivalente 1,98%.

Srs. deputados, vamos ainda debater esse assunto e esclarecer à população catarinense porque, como disse, a receita do estado passou de R\$ 5 bilhões, em 2002, para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o eminente deputado Ismael dos Santos, representante da Grande Blumenau, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, eu gostaria de poder abordar, nesta tarde de hoje, assuntos como a saúde, deputado Silvio Dreveck, de falar sobre a segurança, deputado Sargento Amauri Soares, de falar sobre ecologia e agricultura, deputado Peninha, que v.ex.a. entende tão bem, de falar sobre infraestrutura, mas hoje, infelizmente, o vale do Itajaí recebe uma má notícia sobre a BR-470, que deveria ter iniciado neste ano de 2010 e ficou para 2011. Esperança dilatada!

Há tantos temas que eu gostaria de abordar nesta tarde, mas hoje é tarde de despedida, é tarde de agradecimentos. Aprendi, com papai, que agradecer faz bem ao coração, e aprendi mais, que quem não tem gratidão não tem caráter.

Por isso faço hoje uso da tribuna para agradecer a Deus pela força, pela proteção. Foram 100.000 km rodados, nesses últimos 15 meses que estive nesta Casa, visitando prefeituras, Câmaras de Vereadores, comunidades, assentamentos. Em todos os cantinhos de Santa Catarina procurei marcar presença conhecendo a realidade do nosso povo e da nossa gente.

Quero agradecer ao ex-governador Luiz Henrique por nos ter dado essa oportunidade, ao senador Raimundo Colombo, que foi um dos grandes motivadores da nossa vinda a esta Casa, à bancada do Democratas e a todos os nossos deputados, em especial ao deputado Onofre Santo Agostini, cujo gabinete ocupamos nesses últimos meses, aos colaboradores diretos do meu gabinete, à Vera, à Ana Paula, ao Delci e ao Emerson. Mas quero agradecer especialmente aos 26 mil eleitores que me trouxeram a esta Casa e que me deram a oportunidade de aqui estar nesses 15 meses de atuação.

Quero agradecer, por fim, o carinho que recebi e a colhida nas comunidades por onde passei.

De fato, quando aqui cheguei, com a experiência de 12 anos como vereador na cidade de Blumenau, sabia que a minha missão, como a missão de todo parlamentar nesta Casa, é, pelo menos, triplice, no bom sentido; é a missão e a função de fiscalizar, de

avaliar e de vigiar o erário público, a saúde do cofre público. É também a missão de representar o povo, e aqui buscamos fazer isso nesta tribuna abordando os mais variados temas, mas, sobretudo, a missão de legislar, de produzir leis, de estar presente nas quatro comissões que tivemos a oportunidade de trabalhar na Assembleia Legislativa.

Produzimos cerca de 19 projetos, completando 20 projetos na última semana; produzimos projetos na área ecológica, como, por exemplo, a destinação do óleo de cozinha; projetos ligados às nossas universidades, à questão da proibição dos trotes. Inclusive, na área da segurança pública, deputado Sargento Amauri Soares, demos entrada a um projeto, na última semana, quanto ao efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Enfim, a nossa missão aqui foi a de buscar aproximar o cidadão comum ao governo do estado naquilo que de fato o poder público precisa e deve oferecer.

Ao concluir essa caminhada, que espero seja a primeira de outras caminhadas a este Parlamento, quero dizer que me lembrei de uma ilustração que aprendi há muito tempo.

Gustave Doré, que foi um exímio artista, um pintor plástico muito conhecido na França, que ilustrava muitos livros, isso há mais de um século, certo dia foi fazer uma exibição de seus quadros, de suas telas, em uma galeria na Suécia. Depois que fez a apresentação dos seus desenhos, de suas pinturas naquele país, ele, ao retornar para a França, de trem, era inverno, percebeu, no caminho, que estava sem o seu passaporte, sem o seu documento. Quando chegou à fronteira aquele agente da alfândega requisitou seu passaporte e ele disse: "Eu não sei, talvez tenha perdido, talvez tenha sido surrupiado. Não sei o que aconteceu, mas não o tenho". E aquele agente disse: "Você não vai poder passar". Ele disse: "Mas eu preciso passar! O senhor sabe quem eu sou? Ele respondeu: "Não, não sei quem o senhor é". "Eu sou Gustave Doré, o grande desenhista". O agente respondeu: "Já ouvi falar. Mas como é que eu posso saber se o senhor é aquele que diz ser?"

Gustave Doré pensou um pouco e finalmente chegaram a um acordo. Aquele agente da alfândega deu para Gustave Doré uma folha em branco e disse para ele: "Faça aí uma pintura para provar que você é quem está dizendo que é, o grande artista Gustave Doré. Doré olhou pela janela, viu duas senhoras numa verdureira negociando, comprando verduras, e começou a desenhar aquelas senhoras. Depois de alguns minutos, pegou aquele papel em branco, agora transformado numa pintura, e devolveu para o agente da alfândega. O homem observou aquele desenho e disse que poderia dar o seu autógrafo porque aquele iria ser o seu passaporte. E assim Gustave Doré pôde passar a fronteira para a França.

Quando eu li essa história lembrei-me de que nós - e aqui falo como político, como agente público - precisamos, da mesma forma, de um passaporte para fazer chegar as reivindicações da população até esta Casa, ao Executivo, como também os serviços públicos à população. E esse passaporte vai-nos dar a nossa identidade de homem público.

Espera-se que haja num passaporte espaço para alguns vistos, para alguns carimbos. E qual é o carimbo que se espera de um agente público, sobretudo numa perspectiva eleitoral, neste ano de 2010? É preciso que nas folhas desse passaporte haja o carimbo da transparência, o carimbo do trabalho, o carimbo do compromisso com a população, o compromisso com a ética, o compromisso com

uma sociedade mais justa e mais fraterna. Oxalá tenhamos esses carimbos para galgarmos posições que de fato estejam a serviço dos nossos catarinenses.

E eu concluo, sr. presidente e srs. deputados, nessa minha breve despedida desses 15 meses de trajetória, de caminhada nesta Casa, desejando a todos uma Páscoa abençoada por Deus.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Obrigado pelo aparte, deputado Ismael dos Santos.

Eu queria que v.exa. concluísse o seu discurso, o seu pronunciamento, mas como vi que lhe sobrou algum tempinho, quis aproveitar essa oportunidade para dizer, com toda a sinceridade, que foi uma satisfação estar aqui com o nobre deputado durante esses 15 meses, aos quais fez referência, e dizer que por certo nos encontraremos no futuro, ou espero pelo menos que possamos nos encontrar, novamente neste Parlamento. Mas v.exa. tem demonstrado ser aqui, independentemente das questões partidárias, acima de tudo, um ser humano de profunda convicção religiosa, um filósofo, um pensador da realidade da nossa gente, do nosso povo.

Portanto, foi uma satisfação conhecê-lo melhor, e estaremos sempre à disposição para continuar trocando ideias e ter uma relação de irmãos, de amizade, de seres humanos, dentro dessa linha que v.exa. prega como filosofia de vida.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Eu que lhe agradeço, deputado.

Em nome do presidente Gelson Merísio, quero registrar e referendar a minha gratidão a todos os srs. deputados pela acolhida.

Concluo dizendo, mais uma vez, retomando aqui a Páscoa que vamos celebrar neste final de semana, que uma das mensagens que mais me marcou há 20 anos foi em Israel, numa viagem de aventura que fiz levando uma mochila nas costas. Quando cheguei onde se diz ser o túmulo de Jesus vi que havia uma porta de madeira e uma plaquinha escrita em inglês, com a seguinte frase: "*He is not here; for He is risen*". Ele não está aqui; Ele já ressuscitou. E é nessa esperança que nós avançamos para dias melhores.

Muito obrigado, povo catarinense! Até mais!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Deputado Ismael dos Santos, esta Presidência, em nome do Parlamento catarinense, parabeniza-o pelo seu trabalho durante esses 15 meses como deputado estadual representando o vale do Itajaí, pois com certeza contribuiu muito para este Parlamento e para a população de Santa Catarina. E desejamos que esses 15 meses de mandato se tornem 48 meses na próxima legislatura.

Um forte abraço ao deputado e sucesso.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, que preside esta sessão na Assembleia Legislativa, demais deputados aqui presentes, faço uso desse espaço, neste momento, para falar sobre a pré-convenção do PMDB que escolheu o dr. Eduardo Pinho Moreira como candidato nas próximas

eleições.

Antes de entrar nesse assunto, gostaria de fazer referência também ao deputado Ismael dos Santos, que fez as suas colocações de despedida. Parece-me que v.exa. ainda estará aqui conosco amanhã, deputado, mas talvez, em função do último dia e das matérias a serem votadas, eu não tenha a oportunidade de parabenizá-lo pelo bom trabalho que fez durante esses 15 meses nesta Casa e do orgulho que tive de poder conviver com v.exa. nesta Casa, pela belíssima figura humana que é. Um homem inteligente, um homem de fé em Deus, um homem que com certeza tem o respeito de todos os seus pares.

O deputado Ismael dos Santos já foi, numa eleição em Santa Catarina, o deputado mais votado, entre todos os que participaram daquele pleito. Isso foi na minha primeira eleição, portanto, há três legislaturas. E ele só não se elegeu porque o seu partido, na oportunidade o PSB, se não me engano, não conseguiu legenda suficiente para eleger um deputado.

Tenho certeza de que se naquela oportunidade ele estivesse vindo para esta Casa não teria mais saído, ou se saísse seria para outros voos maiores. Mas ainda dá tempo. Essa sua passagem foi só uma mostra, e tenho confiança de que Santa Catarina haverá de reconduzi-lo aqui novamente.

As pessoas muitas vezes criticam e falam mal dos políticos. Eu sempre digo que nós, que estamos nesta Casa, somos reflexo de toda a sociedade, pois ela é um misto de tudo que há aqui de policiais militares, de religiosos, de homem do povo, de médicos, de agrônomos, e temos todos os segmentos: pobres, ricos, empresários, mais inteligentes, menos inteligentes.

Na verdade, o grande objetivo deste Parlamento popular é esse, ou seja, o de representar todos os segmentos da sociedade. E se a sociedade souber realmente, na hora de votar, escolher os seus representantes, tiver a consciência de escolher aqueles em função da sua vida progressa, em função da sua história, da sua convivência na comunidade, não irá se arrepender. Mas se escolher pessoas oportunistas, aqueles que surgem simplesmente naquele momento na campanha ou que nem surgem, que mandam cabos eleitorais com dinheiro, que vão à frente, que compram os votos, provavelmente irá se arrepender. E depois não poderá reclamar que ficará mal representada, que o deputado estadual ou federal, que o vereador, o prefeito, o governador, o presidente e assim por diante não eram aquilo que esperava ser, porque, como disse, eles são o reflexo do nosso trabalho, da nossa sociedade. E v.exa., amigo deputado Ismael dos Santos, representa muito bem a sociedade naquilo que ela tem de melhor. Portanto, merece voltar para esta Casa.

Aproveito, da mesma forma, para parabenizar o deputado Adherbal Deba Cabral, que também está deixando esta Casa na condição de suplente, fez um belíssimo trabalho representando Navegantes e região. Assim como o deputado Carlos Chiodini, jovem, que teve uma atuação destacada nesta Casa.

São deputados que não se elegeram por mera circunstância, faltaram poucos votos, mas que têm condições de fazer um papel igual ou melhor do que todos nós que estamos aqui.

Então, parabéns ao deputado Ismael dos Santos e todos os deputados que estão aqui cumprindo com o seu dever nesta Casa Legislativa.

Mas, como eu disse, eu gostaria de falar sobre a convenção do PMDB. Foi uma das mais bonitas, entre todas do PMDB que eu

participei. Já estive em Brasília e lá realmente os diferentes segmentos quebram o partido porque o PMDB tem uma característica: ele não tem donº Mesmo que, entre outras, o "líder maior", que poderia ser o ex-governador Luiz Henrique, quisesse, numa determinada eleição, não obrigatoriamente o partido iria aceitar, porque ele é independente, ele exatamente nasceu naquele momento de retorno à democracia contra a ditadura e tem essa característica forte de debater, de não aceitar facilmente as ideias: é um partido de combate!

Por isso foram muito boas as prévias que tivemos. Eduardo Pinho Moreira, presidente estadual do PMDB, era o nosso candidato. O prefeito de Florianópolis Dário Berger colocou o seu nome e houve uma disputa acirrada. Eles percorreram toda Santa Catarina visitando os convencionais. E praticamente quase 600 convencionais vieram votar. Portanto, foi uma participação, se não me engano, de 95% de todos os convencionais.

Foi muita festa, muita bandeira, muita alegria e finalmente tivemos um vencedor que foi, por justiça, Eduardo Pinho Moreira. Eu votei e pedi votos para ele, pela sua tradição, pelo conhecimento do partido, pela sua história, e acredito que é o melhor candidato neste momento que está preparado para ser governador, pois se preparou para isso.

Dário Berger fez a sua parte e isso foi importante para o partido, mas ele terá outras oportunidades porque é jovem e está surgindo com uma das grandes lideranças do PMDB em Santa Catarina, pois está fazendo um bom trabalho como prefeito de Florianópolis e terá, com certeza, outra oportunidade de ser candidato.

O importante é que ele fique junto conosco, que não se divida, e não vai dividir. Eu conheço a sua personalidade e haverá de se manter no PMDB ajudando Eduardo Pinho Moreira. Com essa atitude chegará, com certeza, a sua vez.

Gostaria também de fazer, até poderia dizer assim, uma réplica ao que colocou o deputado Joares Ponticelli e o deputado Silvío Dreveck em referência ao nosso ex-governador Luiz Henrique. Ele não foi reeleito por acaso, foi o primeiro governador da história de Santa Catarina que fez o seu sucessor, ou seja, foi reeleito e fez um grande governo.

Hoje, em qualquer lugar que formos, há o reconhecimento das ações, das obras desse governo que fez melhorias salariais para muitos segmentos, como nunca havia sido feito. É verdade que ele não conseguiu atender a todos, mas não conseguirá isso nenhum governador.

O mesmo governador do partido do deputado Joares Ponticelli e do deputado Silvío Dreveck, que eu me lembro que quando estava nesta Casa foi vaiado constantemente, não fez nada perto em termos de melhorias salariais do que fez o ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

Portanto, é só nós voltarmos no tempo e acompanharmos a história do grande líder do partido desses que fizeram esses comentários e nós veremos que eles não chegaram nem perto do governo de Luiz Henrique. Aliás, é exatamente por isso que Dário Berger ganhou duas vezes a eleição dele, no primeiro e no segundo turnº A sociedade o rejeitou. E é exatamente por isso que Luiz Henrique foi reeleito exatamente contra ele.

Então, as urnas por si só o demonstraram. Não foi por acaso que a sociedade rejeitou o sr. Esperidião Amin,

não! A sociedade o rejeitou porque ele fez um péssimo governo e reelegeu Luiz Henrique porque fez um bom govern^o. E é exatamente pelo bom governo que fez que eu tenho certeza de que será eleito, agora, senador da República por Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrição para falar o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, companheiro deputado Dagomar Carneiro, e deputados Rogério Mendonça e Ismael dos Santos, não é de improviso que vou falar. Eu até já estava com o meu *script*, deputado Peninha, justamente para argumentar algumas coisas diferentes daquela que v.ex.a. colocou aqui.

Luiz Henrique ganhou, no segundo turno da eleição de 2002 e no segundo turno da eleição 2006, o voto da maioria dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Cinco meses depois da eleição de 2006, se houvesse um mecanismo de retirada de votos, 90% dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros retirariam o voto. A diferença foi de 150 mil, em 2006, e eu não posso afirmar quantos votos os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros interferem. Nós ganhamos 40.108 votos para deputado estadual, mas calculamos que há uns 100 mil entre familiares, amigos. Evidentemente que para deputado divide muito mais, que esse pessoal interfere.

Em 2002, Luiz Henrique ganhou a eleição com 20.724 votos de diferença. Com certeza absoluta agregamos mais votos do que esses 20.724, até porque virar onze mil, trezentos e pouco já faria a diferença.

No primeiro mandato tivemos um relacionamento normal, com alguns avanços inclusive importantes. É preciso que se reconheça isso. Reconheço, também, que o governo Luiz Henrique fez obras, estradas, asfaltos, ginásios e centros multiuso para várias cidades do estado de Santa Catarina.

Do ponto de vista do serviço público, o segundo mandato foi a negação absoluta do primeiro. E esse sentimento está expresso na consciência dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, lá na base da Saúde, da Educação e por aí fora. É só ir lá e perguntar! Qualquer pessoa pode ir lá onde estão trabalhando os policiais e perguntar; qualquer um pode ir aos hospitais e às escolas perguntar aos servidores públicos o que eles pensam com relação a esse segundo mandato do governador Luiz Henrique.

Nós estivemos a assembleia dos praças na manhã de hoje, com centenas de companheiros do estado reunidos avaliando isso. Saí acabrunhado da assembleia porque tive que discordar de companheiros pelos quais eu tenho grande admiração, e eu sei que eles estavam agindo com a sua consciência e com a sua vontade de decidir aquilo mesmo.

E dessa forma, com tanta discriminação, nós não queremos R\$ 50,00 a partir de maio até setembro. Governo de Santa Catarina, pegue de volta, para não dizer uma palavra diferente!

Eu tive que argumentar contra esses companheiros e dizer que é com dor, com angústia e com revolta que a maioria dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros engole, mais uma vez, um tratamento discriminatório, porque são R\$ 250,00 parcelados até dezembro.

Então, a maioria engole porque são R\$ 2 mil para todos os oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, como já foram R\$ 2 mil para os delegados, em novembro do ano passado, R\$ 2 mil para todos os oficiais, sejam eles segundo-tenente de um ano de serviço, e R\$ 250,00, oito vezes menos, para todos os praças, tenham eles mais de 30 anos de serviço: sargento, cabo, soldado, subtenente.

A discriminação chegou no segundo mandato de Luiz Henrique, estacionou e ficou até o final! Esse último ato só comprova isso, pois desfez todas aquelas promessas de 2003, 2004, 2005 e 2006.

Eu estive aqui na quinta-feira passada, 25 de março, dia da renúncia de Luiz Henrique. A vontade era soltar um foguetório quando foi lida a carta da renúncia dele. Não o fiz porque poderia ser mal interpretado. Outros atos estavam acontecendo e poderia ser mal interpretado um foguetório. Mas essa era a vontade.

Eu estive aqui, mas não participei da sessão inteira, porque em alguns momentos eu não suportei - o meu estômago tem limites.

Sinceramente, gostaria de ir morar no estado que foi apresentado pelo governador Luiz Henrique aqui nesta tribuna. Falou de milagres na Educação, na Saúde e na Segurança Pública. É só ir aos corredores do Hospital Regional de São José, do Hospital Celso Ramos! Quando ele assumiu havia 300 homicídios por ano. No ano passado foram 837. Portanto, triplicou o número de homicídios - isso para falar da área que é nossa.

Ele disse nesta tribuna que revolucionou o estado de Santa Catarina, que fez uma revolução no vento da mudança. "Nós acabamos com a burocracia, nós acabamos com os entulhos arcaicos". Ele disse isto aqui nesta tribuna, o mesmo governador que há um ano e quatro meses mandou usar, com rigor, de forma exemplar, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar para punir aqueles que cobraram uma promessa que ele não cumpriu. Queria punir exemplarmente com o arcaico Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais de Santa Catarina. Não há nada mais arcaico neste estado do que aquele Regulamento que a Constituição estadual manda reformular a cada cinco anos e que Luiz Henrique e também os governos anteriores nunca reformularam. Continua o mesmo entulho autoritário, arcaico, descabido, antiquado, humilhante e

destruidor da Segurança Pública, porque é destruidor da alma da maioria dos trabalhadores da Segurança Pública, que são os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Luiz Henrique mandou os coronéis usarem aquela coisa arcaica e punir exemplarmente policiais e bombeiros honestos. E ele veio aqui falar em ventos da mudança, em revolução, dizendo que acabou com tudo que era atrasado no estado de Santa Catarina. Nessa hora não aguentamos porque a nossa consciência não tem culpa daquilo que os nossos ouvidos ouvem.

Agora, há mais uma discriminação. Eram 12 projetos de lei que estavam prontos há 15 dias. O governador Pavan disse que assinou na quinta-feira passada, mas até ontem ao meio-dia não tinham chegado aqui na Assembleia. Foram lidos hoje. É o desaforo do palácio contra esta Assembleia. Muitos deputados reagiram e, numa medida sensata, o governador em exercício, Gelson Merísio, transformou todos em medida provisória. Ouvi aqui algumas comemorações por terem sido transformados em medida provisória. De qualquer forma, anula a importância do Poder Legislativo em avaliar, em debater com a sociedade, com os setores interessados, as matérias que são aprovadas aqui. Ou seja, o final de feira do governador Luiz Henrique acabou inviabilizando o que a Assembleia Legislativa avalia em projetos importantes para a sociedade catarinense.

O governador em exercício teve que transformar em medida provisória para não provocar nenhuma dificuldade maior ainda. E ele teve sete anos para fazer isso. Demorou para largar o mandato, mas deixou tudo em cima da mesa e saiu pelos fundos num determinado dia da semana passada.

Nós ainda esperamos que haja um governador neste estado, e haverá de ter um governador neste estado - e vamos buscar isso a partir de agora - que discuta a questão salarial e a questão da anistia.

Para aqueles que dizem que nós não gostamos de negociar, nós queremos - e deveríamos ter soltado foguetes pela saída de Luiz Henrique -, que o coronel Eliésio deixe o comando da Polícia Militar. E vamos buscar dialogar com o atual governador e com o futuro comandante da Polícia Militar. Temos que discutir a justiça salarial na nossa instituição e a anistia, que é a condição para dialogar e continuar conversando com qualquer autoridade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 248, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do art. 37 e seus incisos I e II, da Constituição Federal, c/c o artigo 21 e seu inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e artigo 5.º e §s. da Lei 6.745/85,*

Art. 1º NOMEAR o servidor **CLAUDIO HENRIQUE SCHONS**, aprovado e classificado no Concurso Público n.º 001/2009, realizado em 10 de janeiro de 2010, no cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação de Técnico em Hardware, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com lotação na Diretoria de Tecnologia e Informações.

Art. 2º A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 249, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **JOSE DAS NEVES FILHO**, matrícula nº 2170, da Comissão Legal Permanente de Licitações, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 250, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, da Comissão Legal de Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 251, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para compor e presidir a Comissão Legal Permanente de Licitações, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 252, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0314/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora **CARMEN LUCIA MARIAN**, matríc-

ula nº 1873, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-46, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 02 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 253, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0414/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora **ROSELIA FLORENCIO**, matrícula nº 1999, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-42, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 11 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 254, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0439/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **JOSÉ SOUZA FILHO**, matrícula nº 2211, ocupante do cargo de Agente Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Fundamental, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/AGL-33, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 15 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 255, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0379/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **SERGIO NEY SANT'ANA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2122, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-41, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 09 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 256, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0324/10,

RESOLVE: *de acordo com o Art. 40 da Constituição Federal de 1998 e da EC nº 47/05.*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **HELOISA CABRAL UCHOA REZENDE**, matrícula n.º 0776, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-62, a contar de 02 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 257, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e de acordo com o 2º aditivo ao Termo de Cooperação Técnico-*

Institucional celebrado entre a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

CONSIDERAR PRORROGADO até 31 de dezembro de 2010, os efeitos do Ato da Mesa nº 051, de 17 de fevereiro de 2009, que colocou à disposição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a servidora **MARISA FERNANDEZ PHILIPOVSKI**, matrícula nº 1985.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 258, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: atendendo o disposto no artigo 2º do Ato da Mesa nº 268, de 28 de junho de 2006,

Art. 1º Rasturar o valor do auxílio-educação para R\$310,00 (trezentos e dez reais), correspondendo à variação do IGPM no período compreendido entre maio de 2008 e fevereiro de 2010, que passa a vigorar a partir de 1º abril de 2010.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 259, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **CLAYTON AVILA ALVES**, matrícula nº 1844, da função de Assessoria Técnica Administrativa - Serviços de Execução Orçamentária, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2010 (DF - Coordenadoria de Execução Orçamentária).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 260, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **PEDRO IDERALDO SAMPAIO**, matrícula nº 0980, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2010 (Deputado Dirceu Dresch).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 261, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **LEDA DA APARECIDA PEREIRA HUPPI**, matrícula nº 1947, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2010 (Deputado Gilmar Knaesel).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 262, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **MARIA ELISABETE MOREIRA**, matrícula nº 2063, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2010 (Deputado Gilmar Knaesel).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 263, de 05 de abril de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Constituir Grupo de Trabalho Especial, para, sem remuneração adicional, propor à Mesa Diretora, implantar as diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

O Grupo de Trabalho Especial será constituído pelos servidores da Assembléia Legislativa abaixo relacionados e coordenado pelo Gerente de Treinamento.

Nome do Servidor	Matr	Cargo
Edson Tadeu Bez	1085	Gerente de Treinamento
Lornarte Sperling Veloso	4608	Coordenador de Licitações
Sinara R. Landt	4365	Diretora Administrativa
Vladimir Valdemiro Ferreira	3080	Assistente de Acompanhamento Orçamentário
Ibrantina Machado	2892	Coordenador do Orçamento Parlamentar
Reinhard Richter	0937	Consultor Legislativo II
Vanio Cardoso Darella	0938	Coordenador de Execução Orçamentária

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER PARA DEBATER A LEI FEDERAL Nº 8.878/1994, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA E REINTEGRAÇÃO DOS TRABALHADORES DEMITIDOS, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2010, ÀS 9H, NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dez, às nove horas, realizou-se no Auditório Deputada Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a audiência pública com o objetivo de debater a Lei Federal nº 8.878/1994, que dispõe sobre a concessão de anistia e reintegração dos trabalhadores demitidos do governo Collor. A audiência foi promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida

pela Deputada Ana Paula Lima (PT), neste ato representada pelo Deputado Pedro Uczai. A mestre de cerimônias, Senhora Soraia Boabaid, abriu os trabalhos desejando boas-vindas a todos e convidou para tomarem assento à mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Pedro Uczai, proponente da audiência pública; Maria da Graça Hahn Mantovani, procuradora-chefe da Fazenda Nacional em Santa Catarina; Manoel da Silva Guimarães, presidente da Comissão dos Anistiados e Anistiando das Empresas CSN, Caeab e ICC; Aldo Ferrari, presidente da Associação de Profissionais da Eletrosul (Aprosul); Ulisses Borges de Resende, advogado de um grupo de anistiados da Eletrosul; Joel Espíndola Cabral, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Energia Elétrica do Sul de Santa Catarina (Sintresc); e Sigval Jidson Schaitel, diretor do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Na sequência, passou a palavra ao Deputado Pedro Uczai, para conduzir os trabalhos da audiência. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Pedro Uczai, iniciou cumprimentando os presentes e registrando a presença do Senhor Erlédio Pering, assessor da Deputada Estadual Ana Paula Lima, que preside a Comissão de Direitos e

Garantias Fundamentais; do Senhor Pedro Lopes, presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística de Santa Catarina (Fetransesc); da Senhora Ana Paula de Freitas da Silva, auxiliar administrativo da Associação de Profissionais da Eletrosul; e do Senhor José João Vieira, representando neste ato o Deputado Estadual Adherbal Deba Cabral. A seguir o presidente expôs à plenária a metodologia de trabalho a ser adotada para aquela audiência, iniciando as falas pelos membros da mesa e depois passando à plenária, totalizando uma hora e trinta minutos de audiência, com a qual todos concordaram. Em rápidas palavras colocou a sua posição sobre a situação vivida pelos anistiados, observando que num Brasil que quer crescer, um dos primeiros equívocos, uma das primeiras injustiças produzidas foi a demissão de trabalhadores do serviço público e a negação do direito desse trabalhador voltar a trabalhar, e que essa foi uma das razões que fez com que prontamente fosse acolhido o pedido de realização da audiência, buscando fazer dela um momento de mobilização e de pressão para apressar a concretização desse direito. Falou que se aquela audiência realmente mobilizasse, unisse, fortalecesse aquela luta, ela já teria cumprido o primeiro objetivo, já que o segundo talvez fosse o tempo, que urge, e por isso mesmo quem sabe aquele fosse o grito para se iniciar a audiência pública. Na sequência, comunicou ter recebido justificativa de ausência da Senadora Ideli Salvatti, do Deputado Estadual Valmir Comin, do Senhor Idel Profeta Ribeiro e do Senhor Fernando José Caldeira Bastos. Em seguida, passou a palavra ao Senhor Aldo Ferrari, presidente da Associação de Profissionais da Eletrosul (Aprosul), que saudou os presentes, agradeceu a Bancada do Partido dos Trabalhadores, principalmente o Deputado Pedro Uczai por deixar sua agenda e acompanhar a audiência, e registrou a presença do Deputado Cecatto e da doutora Thaise, informando que a Doutora Adeildes justificou sua ausência em virtude de compromissos em Brasília. Lamentou a postura de representantes de empresas públicas por não darem nenhuma justificativa pela ausência à audiência, não à Aprosul ou aos empregados envolvidos, mas à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, como a Eletrosul, a Casa Civil, que é um dos órgãos que acompanha a CEI (Comissão Especial Interministerial que está julgando (revisando) os processos de anistia da Lei 8.878/94), assim como do Senhor Idel Profeta Ribeiro, cujo compromisso que tinha era na sexta-feira em Santos, portanto não impossibilitando sua presença na audiência, e do ex-presidente José Fernando Caldeiras Bastos, que estava em Brasília, mas havia solicitado que fosse repassada sua declaração de que ratificava seu depoimento dado à Justiça. Informou que estava muito feliz por ter recebido inúmeros telefonemas de pessoas avisando que não poderiam estar participando da audiência, situação muito diferente das três cruces colocadas nas primeiras cadeiras do auditório, que simbolizavam a morte de treze pessoas que não tiveram a oportunidade de ver sua dignidade e seu emprego reconhecidos, como o Senhor Osvaldo Thurman, falecido há duas semanas. Considerando que da audiência seria gerada uma ata e que esta seria enviada à CEI, ao Ministério do Planejamento, à Advocacia-Geral da União, à Casa Civil, com o intuito de sensibilizá-los, fez uma explanação sobre as várias correspondências enviadas aos órgãos envolvidos e as poucas respostas recebidas, muitas só dizendo que estavam dando o devido encaminhamento ou que os envolvidos deveriam se dirigir a outra pessoa. Fazendo questão de deixar registrado em ata, ressaltou que a CEI, quando indefere um processo, afirma ser impossível acreditar ou entender que todos foram demitidos por perseguição política, mas que no período de mil novecentos e noventa e um mil novecentos e noventa e três (período Collor) mais de cem mil pessoas foram demitidas, sendo contempladas pela Lei 8.878/1994 apenas dezesseis mil pessoas, sendo que na Eletrosul foram demitidos muito mais de dois mil trabalhadores e apenas trezentos estão no Diário Oficial do dia trinta e um de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro com a sua anistia garantida, esclarecendo que destes somente vinte e nove foram reintegrados (cinco em dois mil e oito e vinte e quatro em dois mil e nove). Observou que nos últimos noventa dias o processo de reintegração estava parado na CEI tendo em vista que a Eletrobrás havia enviado um documento para a Advocacia-Geral da União perguntando se teriam problemas de improbidade administrativa se readmitissem trabalhadores que haviam recebido algum tipo de vantagem, chegando a resposta somente no último dia dez de março, que a CEI não tornou pública, mas que tudo indicava que o parecer era muito bom para os anistiados. Citou vários casos de irregularidades cometidas quando do processo de demissão dos trabalhadores, como a demissão de mulheres grávidas, de trabalhador por acidente de trabalho (exemplificou com o caso do Senhor Adir Alves dos Santos, que estava na plenária, que sofreu sete cirurgias e foi demitido), de membros da Cipa, de representante sindical, de pessoas filiadas a partidos políticos de oposição ou que militavam em partidos políticos de oposição, de portador de deficiência física (e citou o Senhor Valdemar Dedim, também falecido); como a assinatura de adesão ao PDI feita pela esposa de um empregado, já que ele se recusava a assinar; como o trabalhador que foi demitido durante seu período de

férias; como a assinatura do PDI depois dos empregados estarem demitidos; como o caso do Senhor Delvino Peretto, que foi enganado, pois recebeu o aviso prévio e depois foi chamado para desmontar a usina (em Guaíra) na qual trabalhava, sendo informando que se aceitasse rasgariam seu aviso prévio e ele seria transferido depois para Itá, o que não ocorreu, porque ele foi demitido depois de fazer todo o trabalho. Reafirmou a necessidade de registrar todas as arbitrariedades ocorridas, frisando que as pessoas não haviam sido demitidas, mas sim atropeladas, e que esse havia sido o tratamento dado pela Eletrosul, a mando do presidente Collor, que colocou um carrasco dentro da Eletrosul para chicotear, demitir e depois se orgulhar, já que durante a semana fazia toda espécie de barbaridade e no final de semana a Rede Globo transmitia sua entrevista dizendo que tinham demitido tantos marajás. Citou também a pressão psicológica vivida por esses trabalhadores, que depois de muitos anos na empresa, sem se preocupar com outro emprego, recebem a rescisão de trabalho e se veem forçados a assinar o PDI para ter alguma condição de sustentar sua família. Relatou um fato vivido pelo Senhor Luiz Eduardo, de Curitiba, que depois de tanta pressão assinou sua demissão e se arrependeu, sendo orientado a ir ao Fórum fazer uma escritura pública de renúncia de assinatura do PDI, não tendo recebido nada até o dia de ontem, nem rescisão, nem PDI, mas o seu processo está indeferido na CEI porque ela diz que ele recebeu o PDI. Relembrando o caso da menina Isabella Nardoni, assassinada em São Paulo, disse que as chances que as pessoas tiveram de se defender e permanecer no emprego é mais ou menos a chance que ela teve de se defender. Reafirmou ser necessário publicizar a ata da audiência a fim de que todos entendam que a decisão de demitir foi unilateral, e num curto espaço de tempo, como demonstra a DD (Decisão de Diretoria) 1602, que definiu por demitir mil e quatrocentos empregados, com um prazo de quinze dias para se inscreverem, havendo com isso documentos de demissão assinados com data retroativa. Lembrou, ainda, que o significado de anistia não pode valer só para político ou militar, mas para qualquer cidadão que sofreu injustiça e que teve uma lei para resolver sua questão, e que a CEI tem que agilizar os processos e emitir as portarias o quanto antes, principalmente pelo fato de que atualmente sete pessoas estão seriamente doentes. Finalizou dizendo que a crueldade feita pela Eletrosul com esses empregados foi tamanha que um grupo composto por vinte e uma pessoas assinou aviso prévio como um feliz Natal no dia vinte e três de dezembro de mil novecentos e noventa, sendo que o feliz Ano Novo veio escrito no próprio aviso, ou seja, que a partir do dia primeiro de janeiro eles não necessitavam mais dos trabalhos desses empregados, e que esperavam por justiça. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra à Senhora Maria da Graça Hahn Mantovani, procuradora-chefe da Fazenda Nacional em Santa Catarina, que saudou os presentes, agradeceu o convite para estar presente à audiência e disse que encarava sua participação como uma obrigação no sentido de dar seu testemunho sobre a reintegração desses empregados públicos ao serviço público, tendo em vista que a Procuradoria da Fazenda havia recebido vários servidores anistiados do Serpro, da Eletrosul e da Rede Ferroviária Federal. afirmou que o decreto do presidente Lula não foi um favor, mas um ato de justiça, mas entende que para que ele atinja toda a sua extensão os demais anistiados que aguardam a solução do seu processo devem ter seus casos analisados e efetivamente reintegrados ao serviço público. Destacou a importância dos órgãos públicos receberem esses servidores e que a Procuradoria da Fazenda, como um órgão público com carência de servidores, recebeu aqueles dispostos a se integrarem ao seu corpo de servidores, afirmando que eles fazem a diferença, sendo muitas vezes os mais dedicados. Reafirmou que em função da importância do gesto do presidente Lula com a edição do decreto, sentiu-se na obrigação de dar o seu testemunho, mostrando a visão de alguém que responde pela chefia de um órgão público no âmbito de Santa Catarina e que recebeu vários servidores anistiados, externando a importância da reintegração desses empregados públicos anistiados ao serviço público federal. Encerrou agradecendo mais uma vez o convite para estar presente à audiência e pediu desculpas por ter que se retirar em seguida, tendo em vista ter outro compromisso, mas disse que não poderia deixar de registrar o seu agradecimento aos colegas que atualmente trabalham na Procuradoria, informando existirem outros pedidos sendo examinados pela CEI e que essas pessoas também estavam sendo aguardadas com ansiedade para se integrarem à grande família da Procuradoria da Fazenda no Estado de Santa Catarina. Dando continuidade, o Senhor Presidente, Deputado Pedro Uczai, passou a palavra ao Senhor Manoel da Silva Guimarães, presidente da Comissão dos Anistiados e Anistiando das Empresas CSN, Caeab e ICC, que cumprimentou todos os presentes e, reportando-se ao fato da demissão dos trabalhadores, afirmou que houve uma discriminação muito grande e que os militares, os perseguidos políticos tiveram suas vantagens, sendo todos beneficiados, mas que com os trabalhadores existe uma demora, uma burocracia. Comentou que a Lei da Anistia 8.878 foi criada no dia onze de maio de mil novecentos e noventa e quatro e que o primeiro decreto

que Itamar lançou de reintegração foi o Decreto 1.153, que dava direito de voltar ao trabalho; que haviam sido prejudicados não só pelo Collor, mas também pelo Fernando Henrique, que vetou e engavetou esse primeiro decreto de reintegração do Itamar; que era necessário agradecer ao presidente Lula pela reabertura de prazo; e que no PL 5.030 estavam dois mil, oitocentos e treze aqui de Santa Catarina, os quais representava, sendo cento e vinte e sete com a anistia mantida. Sobre o PDI, enfatizou que ninguém assinou por livre e espontânea vontade, foram obrigados, porque a opção dada era assinar ou ir embora, e que isso se chamava perseguição com o trabalhador. Salientou ser necessário realizar mais audiências públicas contando com a presença da imprensa falada e escrita e dos Deputados, com o intuito de mostrar ao governo, à CEI, que Santa Catarina está mobilizada e que tem desempregado no Estado, que tem pessoas com idade avançada sem condições de voltar ao trabalho, que muitas pessoas já faleceram. (*Taquígrafo-revisor: Siomara Gonçalves Videira*). Sobre a questão das viúvas e dos aposentados por invalidez, disse que quando eles foram demitidos a maioria estava com plena saúde, mas hoje a CEI não quer encaixá-los. afirmou que a Lei nº 8.878 determina que se volte ao trabalho, mas não determina que a viúva ou que o aposentado por invalidez não têm direito, por isso, segundo ele, essa Lei abre precedentes atrás dos quais todos devem ir para exigirem os seus direitos. Informou que no próximo dia seis ele vai a Brasília pedir apoio do Deputado Odair, já que, para ele, essa questão é política e não jurídica. Acrescentou dizendo que todos precisam do apoio dos políticos, pois as demissões foram feitas por um político. Enalteceu a iniciativa do Deputado Pedro Uczai pedindo o apoio de outros Deputados na luta, porque sem luta ninguém irá conseguir nada. Questionou quantas pessoas ainda estão desempregadas dependendo do Projeto de Lei nº 5.030 e reafirmou que a luta é necessária, assim como o apoio da imprensa e dos Deputados. Por fim, parabenizou o Senhor Ferrari por ter solicitado a audiência ao Deputado Pedro Uczai e disse que quer mobilizar mais pessoas pela causa para mostrar que Santa Catarina está reivindicando seus direitos. O Senhor Joel Cabral Espindola, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Energia Elétrica do Sul de Santa Catarina (Sintresc), cumprimentou os presentes e disse estar ali na qualidade de diretor do Sintresc, de subsecretário da Intersul e de representante do CNE - Coletivo Nacional dos Eletricistas - e da Federação Nacional dos Urbanitários. Conceituou a palavra anistia, segundo ele, etimologicamente vinda do termo grego *amnestia* e significando esquecimento. Em seguida, questiona que esquecimento é esse e qual o pecado ou o erro que os anistiados cometeram e disse que é preciso fazer justiça, pois a lei já existe. Manifestou que também é culpado quem fez a lista dos anistiados e participou desse processo sujo, cometendo injustiça coletivamente. Fez a leitura da correspondência nº 031, que representantes da Intersul protocolaram, no dia vinte e cinco de março, ao atual Presidente da Eletrosul, Eurides Mescolotto, a qual ratifica a participação da Intersul na readmissão dos trabalhadores anistiados demitidos pelo governo Collor à sua empresa de origem, a Eletrosul. Fez referência à Portaria nº 132 do Ministério do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União, no dia vinte e dois de março deste ano, a qual dá conhecimento à reintegração de seis anistiados, sendo que o seu artigo primeiro definiu o retorno deles ao quadro pessoal da Eletrosul. Ademais, solicitou o cumprimento da Portaria quanto a essas reintegrações. Encerrando a leitura e a sua fala, disse que é necessário que aqueles que saíram da Eletrosul voltem para os quadros da empresa, recebendo tudo o que têm direito, e não para outro órgão, pois é por uma questão de justiça da qual não se pode abrir mão. O Senhor Sigval Jídon Schaitel, diretor do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis, que saudou os presentes e disse também estar representando a Intersul. Falou que é muito importante abrir esse espaço na Casa do Povo e fez menção à audiência pública sobre a Celesc realizada na semana passada, através da qual pode-se ter mudado os rumos da Celesc. Disse que está há oito anos na Eletrosul, mas que conhece várias pessoas que estão envolvidas nesse processo, muitas ainda aguardando o seu retorno, algumas trabalhando na empresa como contratados, e outras felizmente retornando ao quadro da empresa. Por fim, informou que haverá um ato de entrega da pauta de reivindicações, no dia trinta de março, às treze horas e trinta minutos, na Eletrosul, em que há uma cláusula que trata da questão dos anistiados, pedindo o seu retorno imediato, dando cumprimento às portarias. Considerou importante a presença de todos com as faixas de manifestações para fortalecer o movimento e dar visibilidade a ele, já que não veio nenhum representante da empresa nesta audiência. O Senhor Ulisses Borges de Resende cumprimentou os presentes e agradeceu aqueles que viabilizaram a realização desta audiência pública, especialmente ao Deputado Pedro Uczai e ao colega Aldo Ferrari. Manifestou que se sente à vontade por estar ali, pois é advogado há vinte e sete anos, sendo que desde mil novecentos e oitenta e sete é advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal e do Sindicato dos Eletricistas (Stiu-DF). afirmou ainda que vem acompa-

nhando essa questão dos anistiados desde a demissão de todos. Falou que veio à audiência pública com o propósito de trazer a todos uma palavra de esperança, especialmente aos que têm dificuldade de retorno em função do PDI. Disse que é necessário agradecer a algumas pessoas, como ao presidente Lula por sua vontade política. mencionou que a Lei nº 8878 determinava um prazo de sessenta dias para o requerimento, o que deixou a grande maioria de fora. Segundo ele, dos cento e poucos mil demitidos pelo Collor, quarenta e cinco mil requereram suas anistias em mil novecentos e noventa e quatro. Depois mencionou o Decreto nº 5.115/2004, do Presidente Lula, estabelecendo um novo prazo de trinta dias, prorrogado posteriormente até vinte e oito de novembro de dois mil e quatro. Informou que dos quarenta e cinco mil que requereram em mil novecentos e noventa e quatro, apenas quinze mil requereram em dois mil e quatro. Agradeceu a Senadora Ideli Salvatti porque ela aprovou o Projeto de Lei nº 5.030, com pedido de urgência, com caráter terminativo, determinando a reabertura desse prazo por um ano, já que a maioria ficou fora em mil novecentos e noventa e quatro, determinando a reinstalação da Comissão de Anistia, caso a CEI já tenha concluído o seu trabalho. Também mencionou que muitos requereram em mil novecentos e noventa e três, mas que esse requerimento não valeu. Informou que o Projeto de Lei nº 5.030 se encontra na Câmara dos Deputados, sendo importante manter contato com os Deputados, para que o Decreto ganhe velocidade, alcançando todos que foram demitidos. Ainda lembrou que muitos não requereram porque foram buscar a sobrevivência de alguma forma sem saber que havia um prazo correndo e a maioria sequer acreditava que alguém iria retornar. Quanto à CEI, falou que tem muitos agradecimentos a fazer. Disse que a CEI patinou durante dois ou três anos, até dois mil e sete, quando entrou o doutor Idel Profeta para presidir-la e a doutora Neleide Abila, representante da AGU, indicada para lá trabalhar. Segundo ele, a partir de então, a CEI ganhou nova feição, começando a funcionar novamente. Informou que mais de dez mil pessoas já retornaram graças ao esforço dessas pessoas. Comentou que no serviço público há muitos órgãos de fiscalização externa e que a segurança jurídica dos atos é de grande importância para mostrar que não houve de fato um PDI, pois as pessoas não tiveram escolha, diferentemente dos PDIs de mil no novecentos e noventa e seis e de dois mil no governo FHC. Para ele, esse PDI está umbilicalmente vinculado à própria política de demissão do governo Collor, não sendo um PDI de verdade. Ainda disse que o parecer da AGU nº 01 de dois mil e sete resolve noventa e oito por cento dos problemas, mas comete alguns erros, sendo que um deles é determinar que não tem direito a retornar quem optou pelo PDI ou pelo PDV. Segundo ele, se se conseguir demonstrar à CEI que as pessoas não tiveram escolha, há uma grande possibilidade de ela voltar atrás em relação aos servidores que não perderam o prazo ou que tiveram suas anistias reconhecidas. Disse que os olhares do Ministério Público, da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União são voltados para que não se cometam irregularidades novamente. Falou que a Eletrosul já ajudou muito publicando um livro para comemorar os seus quarenta anos de idade em que usa a expressão segundo a qual foi dado um "cala a boca" para que as pessoas saíssem. Esclareceu que a maioria dos servidores assinou o PDI já com a demissão consumada, pois a pressão era imensa. Disse ter em mãos documentos da própria Eletrosul da época em que mostram que havia uma obrigatoriedade de reduzir o número de servidores de cinco mil quatrocentos e noventa e oito para quatro mil e noventa e oito em apenas quinze dias. Para ele, é necessário resgatar a memória desses acontecimentos para demonstrarmos de forma legítima essa situação que nada tem de mentira, pelo contrário, que é uma situação na qual as pessoas foram pressionadas a assinar - devido àquela política de governo - porque não tinham escolha. Espera que a CEI reveja a sua posição, como aconteceu com a Eletronorte em que ficou demonstrado que as pessoas não tiveram escolha. Falou que veio a esta audiência pública trazer uma mensagem de esperança para todos, o que não significa uma garantia de que todos serão anistiados, mas que há condições de demonstrar à CEI que há a mais absoluta probabilidade de que esses servidores que encontraram o PDI como obstáculo legitimamente podem e devem retornar. afirma que existirão outras brigas como a da reabertura de prazo prevista no Projeto de Lei nº 5.030, já que a maioria não teve possibilidade de requerer o retorno; que também haverá briga com relação às questões de enquadramento e questões alusivas ao fato de o artigo 6º da Lei nº 8.878 determinar que os efeitos financeiros dar-se-ão apenas a partir do retorno. Lembrou que há várias decisões da Justiça Federal em primeira instância mandando pagar os salários desde o dia em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou os Decretos nºs 1.498 e 1.499 suspendendo os processos de anistia, desde que requeram em cinco anos após o efetivo retorno. Enalteceu a importância da realização de outras audiências públicas para que fique bem caracterizado que as pessoas não tiveram escolha. Ao final, reiterou que se isso ficar bem demonstrado à CEI, a etapa será vencida e agradeceu a oportunidade de estar presente. O Senhor Presidente Deputado Pedro Uczai inicialmente

lembrou da audiência pública dos eletricitários realizada semana passada, na qual a luta e a mobilização fizeram com que a assembleia geral que discutirá a privatização, fosse adiada, na qual teve como encaminhamento a proposta de emenda constitucional que impede a privatização de patrimônios catarinenses sem a consulta popular. Em seguida, como encaminhamentos fundamentais para esta audiência pública, citou ampliar os aliados para essa luta e sugeriu que, semanalmente, aprove-se na Casa uma moção para o Congresso Nacional, para os Ministérios e para outras áreas a fim de que seja acelerado o processo de anistia. Também sugeriu que seja articulada com os Deputados federais catarinenses a reabertura de prazos para novas inscrições, colocando-se à disposição para discutir o assunto em Brasília com algumas lideranças. Propôs a aprovação de um requerimento para que os dezesseis Deputados federais votem urgentemente o projeto a respeito. Ainda sugeriu dar publicidade à esta audiência pública, propondo que a próxima aparição de todos seja no Plenário, em dez minutos de sessão, para trazer o debate para o âmbito da Alesc. Reiterou a necessidade da mobilização de todos para acelerar o processo e recuperar a dignidade dos envolvidos, pois só se conseguiu aqui no Estado a bolsa de estudo do artigo 470 e o salário mínimo estadual com luta e mobilização. Disse que é preciso invadir mais o Parlamento e os espaços públicos, porque senão não se existe politicamente e, conseqüentemente, não se conquista direito. Para ele, a vontade política do governo federal já é uma conquista e que agora é necessário avançar na pressão em relação aos políticos. Em seguida, indaga aos representantes de entidades, como a Eletrosul, a CSN, ICC, Caeeb, Serpro, Correios, Rede Ferroviária, sobre a possibilidade de angariar mais adeptos à causa. Na seqüência, abriu a palavra para os inscritos. O Senhor Deo Campos disse que é aposentado e disse que é em função das privatizações que ocorrem as dispensas de funcionários. Falou que quem tem um comércio e se aposenta, continua com o comércio, mas no caso de uma empresa privatizada, desliga-se da empresa, ou seja, o patrimônio fica para a empresa, para o Estado. Mas no caso em discussão o filé mignon da empresa está metade com a empresa e a outra metade com a Tractebel. Disse que não quer criar problemas, mas quer que essa injustiça social seja resgatada para com os funcionários que foram demitidos em detrimento da venda da empresa. Mostrou-se solidário com a causa e disse que a sua luta é para que se resgate o lado social. O Senhor Roberto Masatoshi Yamada iniciou dizendo que está anistiado desde março de dois mil e nove e estabeleceu uma comparação, baseada na contagem do número de dias, entre algumas construções realizadas no País (como, por exemplo, a construção da Ponte Hercílio Luz, do Viaduto do Chá, do Cristo Redentor, do Maracanã, da Usina de Itaipu) e a Lei da Anistia, e disse que esta totaliza um maior número de dias, aproximadamente seis mil dias, sem sequer perspectivar o fim desse processo. (*Taquígrafo-revisor: Sibelli D'Agostini*). Finalizou dizendo que embora trate de situações extremamente concretas o processo de reintegração parece ser virtual. O Senhor Roberto Lopes, ex-funcionário da Eletrosul, anistiado e desanistiado por Fernando Henrique Cardoso, agradeceu a presença de todos e sofregamente relembrou episódios vivenciados em mil novecentos e noventa e três. Afirmou que segundo o relatório da SAF, que originou a Lei de Anistia, não havia necessidade de demissão e, sim, de remanejamento. Atribuiu a esse descalço o sofrimento e até mesmo a morte de muitos colegas, discorrendo sobre as diversas tentativas para solucionar alguns casos, porém sem êxito. Finalizou, reafirmando as palavras do Deputado Pedro para não ficarem de braços cruzados, pois a guerra continua. A Senhora Rosilene Gomes esclareceu não estar representando a Eletrosul, mas, sim, ela mesma. Afirmando ter participado como representante na Intersul em mil novecentos e noventa e quatro e na coordenação em dois mil e quatro, justificou a intenção de querer inteirar-se da situação dos anistiados. Informou haver trinta e um readmitidos, sendo determinação do departamento de planejamento a readmissão de todos os trabalhadores que não tiveram a anistia cancelada pelo Senhor Fernando Henrique Cardoso. Classificou dois empregados da Eletrosul nessa situação, os quais retornaram antes mesmo da entrega dos requerimentos na CEI. Informou também que entregou pessoalmente aos técnicos da CEI um relatório contendo toda a documentação, todo o processo da Eletrosul, ou seja, como foi feito, porque foi feito, todas as explicações e necessidades que a diretoria, na época, alegou para poder demitir. Concluiu que se a CEI dispõe de toda essa documentação e nada faz, é porque não quer. Finalizou, caracterizando que as demissões foram feitas de forma muito violenta. A senhora Maria da Conceição Silva, demitida em mil novecentos e noventa e dois, reafirmou sua participação em algumas iniciativas como a montagem do processo encaminhado a Brasília, com a ajuda do ex-Deputado Antônio Pereira, e integrando a comissão instalada na sede da Eletrosul durante a presidência do Deputado Milton Mendes, do PT. Relatou que na ocasião receberam do presidente uma salinha muito modesta com computador e telefone, onde passaram quase dois anos atualizando os endereços das pessoas envolvidas no processo de demissão. Em dois mil e seis, como representante dos anistiados, participou da comissão para montar os

processos com dois representantes da Eletrosul, um do setor jurídico e outro do setor pessoal. Disse que os processos foram encaminhados em setembro de dois mil e seis para a CEI, e a partir daí foram anistiados cinco funcionários da Eletrosul e cinco da Eletronorte, que retornaram em fevereiro de dois mil e nove. Como assistente social, com especialização em psiquiatria, afirmou ter presenciado várias demissões e acompanhado muitos funcionários da Eletrosul com depressão, descrevendo casos que considerou tocantes. Confirmou a existência da sala das demissões, apelidada de *vapt vupt*, onde colocavam os papéis na frente da pessoa e diziam para assinar, mesmo sem ler. Lembrou o caso do colega José do Patrocínio, que nas condições em que se encontrava assinaria a própria sentença de morte. Manifestou sua satisfação em saber que muitos estão recorrendo, buscando receber o que lhe é devido, mas frisou que a humilhação, o desmonte psicológico, moral, profissional e familiar é irreparável. O Senhor Neoci Mittmann, professor e ex-vereador, apesar de achar que a audiência tratava de outra anistia, aproveitou para contar da perseguição política que ele e mais quatorze pessoas sofreram em Palmitos, quando foram demitidos do DER. Solidário às angústias e sofrimentos relatados, endossou as palavras do Deputado Pedro: "o negócio é lutar, sem luta não se consegue nada". O Senhor Ronaldo Gariglio, integrante do Sindicato de Processamento de Dados e também anistiado, destacou que a anistia no Brasil foi muito bem aplicada aos empresariais e ao sistema financeiro, mas não ao trabalhador, visto que todos deveriam ter voltado em mil novecentos e noventa e quatro. Elucidou que o Senhor Fernando Henrique, valendo-se do poder da caneta, decretou a anistia, indicando apenas que as irregularidades deveriam ter apuradas. Enfatizou que, além de uma questão jurídica, a Lei 8.878 representa uma questão política, portanto deve ser resolvida politicamente. Reconheceu o compromisso do presidente Lula, as dificuldades impostas, mas atribuiu ao gestor público o dever de assumir as responsabilidades. Argumentando que o atual presidente da Eletrosul, Senhor Mescolotto, deveria estar empenhado no retorno dos valorosos trabalhadores. Enfatizou que se os quesitos apresentados pelo Deputado Pedro contarem com o empenho dos gestores políticos será possível a reintegração de todos ainda neste semestre. Sugeriu a ampliação do movimento com a convocação de outras categorias, compartilhando a ideia do retorno de todos e posterior luta pelos direitos funcionais perdidos. Finalizou solicitando ao Parlamento, na figura do Deputado Pedro Uczai, o empenho político. A Sra. Leila Maria de Marchi, agradeceu à Intersind, ao Sindicato dos Eletricitários, às pessoas que anonimamente trabalharam por essa causa, aos Deputados, à Assembleia Legislativa, e destacadamente ao Senhor Ferrari, elogiando sua atuação e manifestando o quanto bem tem representado a Aprosul. Concordando com a afirmativa do Deputado Pedro de que sem mobilização nada se consegue, conclamou os familiares dos que se foram a representá-los na batalha, entendendo ser justo o ressarcimento das famílias. O Sr. Antônio Carlos Minatell, engenheiro demitido da Eletrosul, enfaticamente refletiu e avaliou o quanto perde um país desconstituindo um corpo técnico habilitado. O Senhor Aldo Ferrari, objetivando os encaminhamentos, considerou assertivo aprovarem as sugestões já apresentadas pelo Deputado Pedro, ou seja, utilizar o espaço da Assembleia Legislativa, os dez minutos permitidos durante a sessão plenária, para manifestação pública; aprovar quinzenalmente na Assembleia Legislativa, por iniciativa do Deputado Pedro Uczai, requerimento ou moção de apoio, solicitando agilidade às devidas reintegrações; e relatar a situação a todos os Deputados Federais do Sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como de Mato Grosso do Sul. Quanto ao último tópico, perguntou ao Deputado Pedro se a Assembleia teria condições de fazê-lo. Após anuência do Deputado Pedro, o Senhor Aldo Ferraz consultou à plenária acerca dos encaminhamentos, obtendo aprovação de todos. Finalizou, acreditando ter sido desconstruída a tese de que houve PDI e do convencimento, principalmente por parte dos sindicatos, de que houve, sim, atropelamento e muitas injustiças. Resoluto da necessidade de somarem esforços, evidenciou que os companheiros do Sinergia e do Sintresp jamais deixariam de lutar por um pai ou uma mãe de família que foi demitido nas condições que essas pessoas foram. O Senhor Presidente, Deputado Pedro Uczai, consolidando a deliberação de constituir uma comissão com a participação das várias entidades, ao menos um funcionário de cada empresa estatal para manter contato e organizar as mobilizações. Registrou a participação dos Correios, da Rede Ferroviária, do CSN, da Associação dos Aposentados, da Serpro, do Sintresp, do Sinergia, do Sintevi, do Sindinorte e do Stieel. Ainda, contemplando a solicitação do Senhor Aldo Ferrari, garantiu que será encaminhada a ata às entidades participantes, e que esta será disponibilizada na página da Alesc, pois que é um "instrumento legal de bastante abrangência dentro das categorias". Informou também que a audiência teve a cobertura da TVAL, sendo transmitida para todo o Estado. Antes de encerrar, concedeu a palavra aos três últimos oradores, seguindo a ordem de solicitação. O Senhor Márcio Pickler, funcionário anistiado da Eletrosul, solicitou ao Deputado e ao Senhor

Ferrari, que acompanhassem mais de perto a atuação da Astec, visto que os processos são encaminhados e ficam lá, travados. O Senhor Manoel da Silva Guimarães, comentou que ele e o Ferrari, participam das reuniões da CEI, ocasião em que ambos cobram muito, alegando que se não cobrar não adianta. afirmou serem vítimas de uma grande discriminação, reafirmando que com o Decreto 1.153, de oito de junho de mil novecentos e noventa e quatro, todos deveriam ser reintegrados, mas que "o Senhor Fernando Henrique entrou e cortou todo mundo". O Senhor Joel Espindola ratificou, convidando a todos para a entrega da pauta do acordo coletivo específico da Eletrosul aos trabalhadores da Eletrosul, dia trinta do corrente às treze horas e trinta minutos. O Senhor Presidente, Deputado Pedro Uczai, encerrando os trabalhos, agradeceu a participação e parabenizou a todos pela luta, pela mobilização, pela esperança e pela união. Reafirmou os compromissos assumidos, convicto da vitória.

DEPUTADO PEDRO UCZAI
PRESIDENTE
*** X X X ***

ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Geral
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 30/03/2010

Aos trinta dias do mês de março do ano dois mil e dez, às onze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Junior, Marcelo Augusto Costa Richard e Neroci da Silva Raupp. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Trabalho elaborado em conjunto pelos Drs. Ptolomeu Bittencourt Junior, Marcelo Augusto Costa Richard e Neroci da Silva Raupp: Comunicação Interna nº 005/2010 de 25/03/2010, Interessado: Coordenadoria de Planejamento e Avaliação de Pessoal "Encaminha à análise o Ofício nº 0228/2010/30PJ/CAP de 10/03/2010, originário da 30ª Promotoria de Justiça da Capital" e a Consulta do Deputado Estadual Clóvis Ferraz - Presidente da UNALE "Lei Complementar nº 131/2009". 2) Relatoria do Dr. Ptolomeu Bittencourt Junior, aprovadas a minuta de resposta ao MPSC - Ofício nº 0104/2010/27PJ/CAP de 24/03/2010, Interessado: Diretor Geral da Alesc e o relatório relativo a Audiência Pública "Privatização da CELESC Holding, Distribuição e Geração". 3) Relatoria do Dr. Neroci da Silva Raupp, aprovado parecer por unanimidade ao Ofício nº 039/2010 de 25/03/2010, Interessado: Deputado Carlos Chiodini "Informações sobre procedimento para mudança de nome de município" e retirado de pauta pelo relator o Relatório sobre a tramitação das ADIs em curso no STF e TJ/SC, questionando dispositivos da Constituição Estadual. Esgotada a pauta, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada à sessão. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos consultores presentes. Sala das sessões, 30 de março de 2010.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 172ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 172ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Processo em Regime de Vista: Ofício nº 001/2010/CPAP de 10/03/2010, Interessado: Coordenador de Planejamento e Avaliação de Pessoal "Consulta de Humberto Machado Filho, aprovado no concurso da ALESC", aprovado por unanimidade voto do relator Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, com as considerações do Dr. José Buzzi. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer por unanimidade pelo indeferimento ao Processo nº 2301/09, de Geni Rebelatto dos Santos. Continuando, aprovado parecer por unanimidade as Consultas: Ofício CL nº 132/2010 de 22/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Termo de Inexigibilidade, aquisição cota de participação no II Simpósio da Associação dos Advogados Criminalistas de SC" e Ofício nº 035/2010 de 11/03/2010, Interessado: Carlos Enéias Guimarães "Irregularidades na transferência de servidores públicos da Secretaria de Estado da Educação à Procuradoria-Geral do estado de SC". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0314/10, de Carmen Lúcia Marian; Processo nº 0374/10, de Sérgio Ney Sant'Ana de Oliveira; Processo nº 0414/10, de Rosélia Florêncio e Processo nº

0324/10, de Heloisa Cabral Uchôa Rezende. 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovado parecer por unanimidade ao Ofício nº 81410.1/PGJ de 12/03/2010, Interessado: Gercino Gerson Gomes Neto - Procurador-Geral de Justiça "Inquérito Civil Público nº 06.2008.001030-2, de 11/03/2010", e retirado de pauta pelo relator a Consulta - Of. CL nº 0250/2010 de 24/02/2010, Interessada: Diretoria de Tecnologia e Informações e Coordenadoria de Informações "Hospedar sites de deputados na página da ALESC no período eleitoral". 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 0331/10, de Rosana Farah; Consulta - Ofício CL nº 134/2010 de 25/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2006-19, locação de veículos para uso da ALESC" e o Ofício nº 061/2010 de 17/03/2010, Interessado: Irineu Theiss - Diretor do IPREV "Planilha dos servidores inativos da ALESC, com valores a serem descontos na folha de pagamento para o IPREV", abstendo-se de votar neste último pelo grau de parentesco o Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior e a Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos. 6) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1363/09, de Anibal Cantalicio Estandisla; Processo nº 0439/10, de José Souza Filho e retirado de pauta pela relatora a Consulta encaminhado pelo Diretor Geral da ALESC em 16/03/2010, Requerimento dos Consultores Legislativos da ALESC "Referente à Resolução nº 001/2010". A relatora deu conhecimento do parecer ao Mandado de Segurança nº 2010.009739-6, Impetrante: William Gil Martins e Impetrado: Presidente da ALESC. 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade à Consulta - Of. CL nº 135/2010 de 25/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - contratação de empresa especializada para confeccionar placas e medalhas comemorativas para a ALESC", e ao Ofício nº 2247/R de 11/03/2010 do STF, Interessado: Ministro Dias Toffoli - Relator "Inquérito nº 2916, Autor: Ministério Público Federal, Indiciado: Deputado Nelson Goetten Lima". 8) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0442/10, de Jaqueline Silveira dos Santos Souza e as Consultas: Ofício CL nº 118/2010 de 18/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado de janela e tipo split" e Ofício CL nº 121/2010 de 19/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão - contratação de empresa para confecção de cartilhas/gibis do Programa do Ministério Público (O que você tem a ver com a corrupção?)". Continuando retirado de pauta com pedido de vista do Dr. José Buzzi o Processo nº 0407/10, de Josué Charles Klein. O relator, também deu conhecimento do parecer exarado ao Ofício nº 034/2010 de 26/03/2010, Interessado: Deputado Jailson Lima da Silva "Informações sobre o desconto do imposto de renda no auxílio moradia dos deputados estaduais". 9) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Of. CL nº 150/2010 de 29/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade - aquisição de espaço para XIX Feira Nacional da Cebola em Ituporanga". Antes de encerrar a sessão o Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior comunicou ao colegiado que tomara posse como membro do Primeiro Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SC, no dia 09 de abril de 2010. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia sete (07) de abril. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 31 de março de 2010.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às nove horas, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se os deputados: Marcos Vieira, Lício Mauro da Silveira, José Natal Pereira, deputada Profª Odete de Jesus, Silvio Dreveck, Adherbal Deba Cabral, em substituição ao deputado Renato Hinnig, Darci de Matos e o deputado Dirceu Dresch, em substituição ao deputado Pedro Uczai. Ato contínuo, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da 3ª reunião ordinária, que, em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente Marcos Vieira passou a palavra para a deputada Profª Odete de Jesus, que relatou o PL./0207.3/2008, em discussão, foi solicitado vista em gabinete aos deputados: Silvio Dreveck e Dirceu Dresch. Seguindo, o deputado Darci de Matos relatou o PL./0265.2/2008, seu relato é solicitação e audiência pública, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Presidente informou que o seu Vice Presidente será o deputado Darci de Matos. O

Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, convocando-os para uma reunião simultânea com a Comissão acima epigrafada, Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. (A qual eu) Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia. Sala das Comissões, em trinta e um dias de março do ano de dois mil e dez.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2010

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 125 (CENTO E VINTE E CINCO) APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO JANELA E 154 (CENTO E CINQUENTA E QUATRO) APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, INCLUINDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA.

DATA: 16/04/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 16 de abril de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 05 de abril de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 30.000 (TRINTA MIL) CARTILHAS (GIBIS) PARA ATENDER O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 007/2010 CELEBRADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REFERENTE O PROGRAMA "O QUE VOCÊ TEM A VER COM A CORRUPÇÃO?".

DATA: 19/04/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 19 de abril de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 05 de abril de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2010

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO POR DEMANDA DE PLACAS E MEDALHAS COMEMORATIVAS.

DATA: 15/04/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 15 de abril de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 05 de abril de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 328/2010, comunica que, atendidas as

especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 008/2010, obteve o seguinte resultado:

Lote Único: AQUISIÇÃO DE 09 (NOVE) NOBREKS SENOIDAIS PARA RACKS DE 1500 VA, PARA ATENDER A DIRETORIA DE INFORMÁTICA. Restou fracassado.

Florianópolis, 05 de abril de 2010.

HELIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 390, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Ismael dos Santos para o gabinete do Deputado Onofre Santo Agostini, a contar de 31 de março de 2010.

matr	NOME DO SERVIDOR	CÓDIGO E NÍVEL DO CARGO
2595	Maria de Fatima Schauffert Ramos da Silva	PL/GAB-63
2689	Claudioeli da Silva	PL/GAB-57
2701	Alessandro Sandro Tarzan Silbert Campos da Silva	PL/GAB-48
2752	Indiara Luersen Carvalho	PL/GAB-63
2783	Jucimar Jose Lazare	PL/GAB-55
2801	Maria Elisa Cadore	PL/GAB-63
3016	Osni Ribeiro de Franca	PL/GAB-51
3265	Saulo Vieira	PL/GAB-28
4014	Elanir da Rosa	PL/GAB-27
4525	Volmar Gandolfi	PL/GAB-43
4765	Juliana Cadore Coutinho	PL/GAB-03
5024	Germano Griss Neto	PL/GAB-17
5395	Paulo Rafael da Silva Santana Pereira	PL/GAB-17
5758	Carlos Ivan Zanotto Junior	PL/GAB-36
6148	Delcy Norberto Batista	PL/GAB-70
6161	Maria Izabel da Silva Boni	PL/GAB-31
6163	Rafael Bulcao Vianna	PL/GAB-13
6164	Mariana Maria de Souza	PL/GAB-30
6165	Paulo Roberto Manger Knoll	PL/GAB-15
6166	Ana Paula Bleyer Remor	PL/GAB-21
6168	Gumercindo Pacher	PL/GAB-47

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 391, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Ismael dos Santos para o gabinete do Deputado Onofre Santo Agostini, a contar de 31 de março de 2010.

Matr	NOME DO SERVIDOR
1166	Jose Filomeno Neto
1192	Paulo Tarso de Oliveira Bleyer
2013	Vera Lucia Calazans Borges
2030	Gilson Ribeiro
2686	Carlos Jose Mortari

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 392, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **PAULO TARSO DE OLIVEIRA BLEYER**, matrícula nº 1192, do gabinete do Deputado Ismael dos Santos para o gabinete do Deputado Onofre Santo Agostini, a contar de 31 de março de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 393, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Ozair Coelho de Souza para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 31 de março de 2010.

matr	NOME DO SERVIDOR	CÓDIGO E NÍVEL DO CARGO
2341	Jadna Lair Gava da Silva	PL/GAB-59
3199	Claudio Salgado	PL/GAB-36
3200	Ricardo Zanatta Guidi	PL/GAB-68
3314	Sergio Luiz Boaroli	PL/GAB-55
3461	Fabricio de Souza Farias	PL/GAB-52
3503	Albanes Bonotto Toledo dos Santos	PL/GAB-52
3721	Valter Jose de Andrade	PL/GAB-39
4012	Braz Lourivaldo Bony	PL/GAB-52
4028	Alacir Cardoso	PL/GAB-39
4835	Guilherme Mondardo Junior	PL/GAB-33
5390	Andre Ademar Bittencourt	PL/GAB-43
5418	Reginaldo da Silveira	PL/GAB-15
5715	Luiz Carlos Mendes	PL/GAB-41
5716	Luisa Koch Virginio	PL/GAB-39
5792	Gladis Zanette Boaroli	PL/GAB-40
5915	Alexandre Rezende Pereira	PL/GAB-30
6020	Edson dos Santos Fagundes	PL/GAB-36
6090	Marilyn Bereta Cardoso	PL/GAB-36
6121	Jefferson Luiz Fernandes	PL/GAB-37
6151	Vanessa Espindola Martinelli	PL/GAB-22
6233	Mariana Nola Schmoeller	PL/GAB-29
6259	Sergio Samuel Souza Soares	PL/GAB-30

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 394, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Ozair Coelho de Souza para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 31 de março de 2010.

Matr	NOME DO SERVIDOR
1095	Nilzete Althoff Bolan Borges
1282	Richard Silva
1386	Liana Valesca Furtado Tournier Bianchi
1585	Vaneio Niehues
1603	Ademar Bertan
1823	Maria de Lourdes Ghizzo
1830	Paulo Roberto Schulte da Silva
	Lauro Soncini Junior

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 395, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado servidor **ADEMAR BERTAN**, matrícula nº 1603, do gabinete do Deputado Ozair Coelho de Souza para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 31 de março de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 396, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Adherbal Deba Cabral para o gabinete do Deputado Ronaldo José Benedet, a contar de 01 de abril de 2010.

matr	NOME DO SERVIDOR	CÓDIGO E NÍVEL DO CARGO
------	------------------	-------------------------

2290	Eraldo Peruchi	PL/GAB-69
2597	Laine Maria de Nadal	PL/GAB-36
3014	Orlaci Janet Cadornin Darella	PL/GAB-32
3579	Olavo Turcato	PL/GAB-37
3616	Marlete Schmitt Stahelin	PL/GAB-32
5233	Valdenir Francisco Cardoso Macedo	PL/GAB-59
5489	Eunice Stella de Freitas	PL/GAB-07
5516	Thaiana da Silveira Dutra	PL/GAB-22
5637	Antonio de Oliveira Cardoso	PL/GAB-22
5660	Aquida Aparecida Reis	PL/GAB-70
5665	Ana Maria Lummertz Isopo	PL/GAB-42
5842	Vitor Cardoso	PL/GAB-62
5936	Hamilton Joao da Silva	PL/GAB-34
5937	Leticia Goulart de Souza	PL/GAB-64
6027	Nelzi Medeiros de Aguiar	PL/GAB-42
6102	Jose Nilton Sanseverino	PL/GAB-26
6128	Adoaldo Otavio Teixeira	PL/GAB-22
6131	Claudia Betina Fischer	PL/GAB-01
6210	Rafaela Flor Rodrigues	PL/GAB-07
6211	Marco Antonio Vieira Pedroso	PL/GAB-07
6212	Adalberto Fernando Amorim	PL/GAB-01

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 397, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Adherbal Ramos Cabral para o gabinete do Deputado Ronaldo Benedet, a contar de 01 de abril de 2010.

Matr	NOME DO SERVIDOR
1402	Maria de Fatima Barreto Becker
1741	Bertilo Borba
2189	Jorge Roberto Krieger

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 398, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **BERTILIO BORBA**, matrícula nº 1741, do gabinete do Deputado Adherbal Deba Cabral para o gabinete do Deputado Ronaldo Benedet, a contar de 01 de abril de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 399, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado José Natal Pereira para o gabinete do Deputado Gilmar Knaesel, a contar de 01 de abril de 2010.

matr	NOME DO SERVIDOR	CÓDIGO E NÍVEL DO CARGO
2679	Debora Kunz	PL/GAB-69
2710	Mariangela Bresola de Alencastro	PL/GAB-47
2756	Roger Luiz Siewerdt	PL/GAB-55
3533	Luciano Berri Junior	PL/GAB-47
3676	Arnaldo Santana Filho	PL/GAB-19
3822	Julyana Menezes Hulbert	PL/GAB-12
3824	Valquiria Silva Vaz	PL/GAB-33
3850	Claudia Bressan da Silva	PL/GAB-47
3950	Cassandro Baptista Candido	PL/GAB-48
5413	Diego Nunes	PL/GAB-12
5415	Marcelo dos Reis	PL/GAB-48
5421	Michel Angelo Peixoto	PL/GAB-70
5436	Neuso Straginski	PL/GAB-30
5551	Rene Angelo Schulz	PL/GAB-21
5557	Alcibiades de Almeida Faria Neto	PL/GAB-52
5616	Gabriela Ramos Clerici	PL/GAB-12
5622	Angela Maria Pereira Borges	PL/GAB-22
5636	Olimpio Mallmann	PL/GAB-30
5851	Cristiane Aida Camilo	PL/GAB-64

5878	Maurilio Leite	PL/GAB-66
------	----------------	-----------

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 400, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado a servidora **LEDA DA APARECIDA PEREIRA HUPPI**, matrícula nº 1947, do gabinete do Deputado José Natal Pereira para o gabinete do Deputado Gilmar Knaesel, a contar de 01 de abril de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 401, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado José Natal Pereira para o gabinete do Deputado Gilmar Knaesel, a contar de 01 de abril de 2010.

Matr	NOME DO SERVIDOR
0633	Luiz Henrique Belloni Faria
1157	Leda Maria Slovinski Faustino da Silva
1424	Jero dos Passos Espindola
1841	Sonia Maria dos Passos
1894	Maria Helena Teixeira Diniz
1947	Leda da Aparecida Pereira Huppi
2063	Maria Elisabete Moreira
	Maria Elisabeth L. Medeiros
	Elisangela Weigel Schappo

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 402, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Carlos Alberto Chiodini para o gabinete do Deputado Valdir Vital Cobalchini, a contar de 02 de abril de 2010.

matr	NOME DO SERVIDOR	CÓDIGO E NÍVEL DO CARGO
3839	Rubia Mara Decol	PL/GAB-37
4274	Jorge Jose Custodio	PL/GAB-38
4380	Vanilza Becker	PL/GAB-43
5412	Stefan Sandro Pupioski	PL/GAB-58
5463	Heloisia Sonogo de Luca	PL/GAB-53
5518	Edio dos Santos	PL/GAB-15
5714	Diala Marchi Goncalves	PL/GAB-55
5938	Andreia de Fatima Maguelniski	PL/GAB-37
5940	Carlos de Paula	PL/GAB-64
6009	Venicio Eduardo Cavinato	PL/GAB-18
6116	Walmir Jose da Silva	PL/GAB-43
6199	Paulo Roberto Maluche de Braga	PL/GAB-42
6200	Joao Paulo Borges Paixao	PL/GAB-33
6202	Mario Cezar Lehmann	PL/GAB-15
6205	Virlei Edson da Costa	PL/GAB-69
6224	Carlos Alberto Pegoraro	PL/GAB-38
6226	Viviane Ferretti Bittencourt	PL/GAB-34
6227	Joao Carlos Munaretto	PL/GAB-50
6239	Adriano Pares	PL/GAB-44
6244	Anelia Maria Martins	PL/GAB-05
6247	Carlos Luiz Tamanini	PL/GAB-22
6250	Gilberto Joao Morsh	PL/GAB-33

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 403, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Carlos Alberto Chiodini para o gabinete do Deputado Valdir Vital

Cobalchini, a contar de 02 de abril de 2010.

Matr	NOME DO SERVIDOR
1597	PAULO ROBERTO ARENHART
	FLAVIA ALTHOF

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 404, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **PAULO ROBERTO ARENHART**, matrícula nº 1597, do gabinete do Deputado Carlos Alberto Chiodini para o gabinete do Deputado Valdir Vital Cobalchini, a contar de 02 de abril de 2010..

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 405, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nas termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR FÁBIO DA VEIGA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 406, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

Alterar a composição da Comissão Legal Permanente de Licitações, constituída pelo Ato da Mesa nº 170, de 28 de abril de 2009, ficando assim constituída:

Nome do Servidor	Matr	Cargo
Antônio Henrique Costa Bulcão Vianna	1877	Presidente
Sinara Lucia Valar Dal Grande	2169	Membro
Adriana Lauth Gualberto	0775	Membro
Valter Euclides Damasco	0947	Membro
Helio Estefano Becker Filho	1332	Membro
Bernadete Albani Leiria	1998	Membro
Juçara Helena Rebelato	2543	Membro

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 407, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 010/2010.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	
2543	Juçara Helena Rebelatto	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 408, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para reali-

zar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 011/2010.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	
0947	Valter Euclides Damasco	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 409, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **PEDRO IDERALDO SAMPAIO**, matrícula nº 0980, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-66, no Gabinete do Deputado Dirceu Dresch.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 410, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

Alterar a composição da Comissão Legal de Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros, constituída pelo Ato da Mesa nº 170, de 28 de abril de 2009, ficando assim constituída:

Nome do Servidor	Matr	Cargo
Mirian Alice de Athayde Furtado Krieger	1363	Presidente
Beatriz Campos Elias Acorsi	1842	Membro
Carlos Henrique Monguilhott	2016	Membro
Nadiesda Ghizzo Schmidt	2187	Membro

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 411, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 012/2010.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	
1332	Helio Estefano Becker Filho	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 412, de 05 de abril de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0442/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento da servidora **JAQUELINE SILVEIRA DOS SANTOS SOUZA**, matrícula nº 4928, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 03% (três por cento), a contar de 15 de março de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0091.9/2010

Modifica a redação da ementa do Projeto de Lei nº 0091.9/2010

Art. 1º A ementa do Projeto de Lei nº 0091.9/2010 passa a ter a seguinte redação:

"Define critérios para assegurar vantagem pessoal nominalmente identificável pelo exercício, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, de cargo em comissão ou de função de confiança."

Sala das Sessões, de março de 2010

JUSTIFICATIVA

A rigor da técnica legislativa, a ementa da lei deve bem retratar o conteúdo da norma e, por essa razão, é imperioso nela mencionar o "exercício de cargo em comissão e de função de confiança", consoante estabelece o art. 1º do Projeto de Lei nº 0091.9/2010.

Assim, justifica-se a proposição com o objetivo de aprimorar a redação da ementa.

Florianópolis, de março de 2010

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 31/03/10

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0091.9/2010

O art. 10 do Projeto de Lei nº PL/0091.9/2010 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 31/03/10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 091/2010

Define critérios para assegurar vantagem pessoal nominalmente identificável pelo exercício, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, de cargo em comissão ou de função de confiança.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O servidor que tiver exercido ou vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança do Poder Judiciário, mesmo que em substituição, terá adicionado ao vencimento do cargo efetivo, como vantagem pessoal nominalmente identificável, o valor equivalente à diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o do cargo comissionado, ou o valor da função de confiança.

§ 1º O acréscimo a que se refere este artigo ocorrerá a partir do 5º (quinto) ano completo, ininterrupto ou não, de exercício de cargo em comissão ou função de confiança, à razão de 10% (dez por cento) por ano, até o limite de 100% (cem por cento), não podendo haver intervalo superior a 10 (dez) anos entre os exercícios.

§ 2º Para a composição do percentual a que se refere o parágrafo anterior será considerado o exercício de cargo em comissão ou função de confiança anterior ao 6º (sexto) ano, desde que mais benéfico.

Art. 2º O percentual equivalente a valores incorporados aos vencimentos do cargo efetivo, nos termos dos arts. 90 e 91 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, deverá integrar-se à vantagem decorrente da aplicação desta Lei respeitado o limite estabelecido no artigo anterior.

Art. 3º A vantagem de que trata esta Lei, depois de incorporada, acompanhará os reajustes do cargo efetivo ocupado pelo servidor, bem como as revisões gerais de remuneração dos servidores do Poder Judiciário.

Parágrafo único. Ficam vedados quaisquer aumentos ou reajustes de vantagem pessoal nominalmente identificável, em decorrência de alteração de remuneração dos cargos em comissão, funções gratificadas ou de confiança.

Art. 4º O servidor perderá os vencimentos do cargo efetivo quando nomeado em comissão, ressalvado o direito de opção, sem prejuízo de eventual gratificação de 40% (quarenta por cento) do vencimento do cargo comissionado.

Art. 5º O servidor que após conquistar 100% (cem por cento) vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança de valor superior aos já adicionados poderá optar pela atualização, mediante substituição dos percentuais anteriormente conquistados ano a ano, pelos novos cálculos, na mesma proporção.

Art. 6º Quando o servidor, no período de 12 (doze) meses, tiver exercido mais de um cargo em comissão, ou função de confiança, a fração anual será calculada proporcionalmente sobre os cargos ou funções de confiança exercidos mês a mês, tomando-se por base, no mês, o cargo ou a função exercidos por mais tempo.

Art. 7º Em nenhuma hipótese será permitida a concessão da vantagem de que trata esta Lei em limite superior a 100% (cem por cento), ainda que mais de uma função ou cargo comissionado tenha sido exercido concomitantemente.

Art. 8º Estende-se o disposto nesta Lei:

I - ao servidor beneficiado, no Poder Judiciário, com a concessão da gratificação prevista no art. 85, incisos I, VII e VIII, da Lei nº 6.745, de 1985; II - às situações previstas no art. 4º da Lei nº 7.169, de 23 de dezembro de 1987, nos arts. 34 e 36 da Lei Complementar nº 90, de 1º de

julho de 1993 e art. 6º, § 2º da Lei Complementar nº 406, de 25 de janeiro de 2008.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de março de 2010

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

RELATÓRIO

RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1/3/2010 À 31/3/2010

Quantidade	Material	Fornecedor	Valor Un.	Valor Total
4	BASE PAVOT 747 EM ESTRUTURA AÇO CARBONO CROMADO, COM TAMPO 700MM DIÂMETRO, FÔRMICA MARFIM LINHEIRO, LATERAIS RETA 30MM	DEVANT MOVEIS LTDA - ME	R\$ 592,26	R\$ 2.369,04
4	TRAJE MICRO LISA	ASH COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA (CIA DO HOMEM)	R\$ 151,90	R\$ 607,60
4	CAMISA SOCIAL MASCULINA	ASH COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA (CIA DO HOMEM)	R\$ 39,90	R\$ 159,60
1	BOTÃO DE OBTURADO	AUSON COMERCIO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	R\$ 110,00	R\$ 110,00
2	ETIQUETA AUTO ADESIVA CAIXA COM 100 FOLHA TAMANHO A4 COM 96 ETIQUETAS, POR FOLHA	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 32,45	R\$ 64,90
2	SINALIZADOR GIROFLEX 12V	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 215,00	R\$ 430,00
1	CONCERTO DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA	AUSON COMERCIO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	R\$ 50,00	R\$ 50,00
2	GARRAFA TERMICA CAPACIDADE PARA 1.8 LITROS, SERVE A JATO, AÇO ESCOVADO	GERMÃO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 79,80	R\$ 159,60
10	TINTA PARA CARIMBO NA COR PRETA FRASCO COM 40 ML COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:RESINA, ÁGUA, GLICOIS E CORANTES COM QUÍMICO RESPONSÁVEL, VALIDADE 24 MESES IMPRESSA NO FRASCO	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 1,49	R\$ 14,90
10	TINTA PARA CARIMBO NA COR PRETA FRASCO COM 40 ML COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:RESINA, ÁGUA, GLICOIS E CORANTES COM QUÍMICO RESPONSÁVEL, VALIDADE 24 MESES IMPRESSA NO FRASCO	GERMÃO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 1,49	R\$ 14,90
10	TINTA PARA CARIMBO NA COR PRETA FRASCO COM 40 ML COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:RESINA, ÁGUA, GLICOIS E CORANTES COM QUÍMICO RESPONSÁVEL, VALIDADE 24 MESES IMPRESSA NO FRASCO	Papelaria Progresso Ltda.	R\$ 1,49	R\$ 14,90
10	TINTA PARA CARIMBO NA COR AZUL FRASCO COM 40 ML COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:RESINA, ÁGUA, GLOCOIS E CORANTES COM QUÍMICO RESPONSÁVEL, VALIDADE 24 MESES IMPRESSA NO FRASCO	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 1,49	R\$ 14,90
10	TINTA PARA CARIMBO NA COR AZUL FRASCO COM 40 ML COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:RESINA, ÁGUA, GLOCOIS E CORANTES COM QUÍMICO RESPONSÁVEL, VALIDADE 24 MESES IMPRESSA NO FRASCO	GERMÃO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 1,49	R\$ 14,90
10	TINTA PARA CARIMBO NA COR AZUL FRASCO COM 40 ML COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:RESINA, ÁGUA, GLOCOIS E CORANTES COM QUÍMICO RESPONSÁVEL, VALIDADE 24 MESES IMPRESSA NO FRASCO	Papelaria Progresso Ltda.	R\$ 1,49	R\$ 14,90
10	VISOR PARA PASTA SUSPensa COM 50 UNIDADES	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 4,08	R\$ 40,80
10	VISOR PARA PASTA SUSPensa COM 50 UNIDADES	GERMÃO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 4,08	R\$ 40,80
10	VISOR PARA PASTA SUSPensa COM 50 UNIDADES	Papelaria Progresso Ltda.	R\$ 4,08	R\$ 40,80
10	LUVA LATEX DESCARTÁVEL (TAMANHO GRANDE)	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 19,80	R\$ 198,00
10	LUVA LATEX DESCARTÁVEL (TAMANHO GRANDE)	GERMÃO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 19,80	R\$ 198,00
10	LUVA LATEX DESCARTÁVEL (TAMANHO GRANDE)	Papelaria Progresso Ltda.	R\$ 19,80	R\$ 198,00
10	LUVA DE SEGURANCA EM VINIL,TAM.M	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 14,80	R\$ 148,00
10	LUVA DE SEGURANCA EM VINIL,TAM.M	GERMÃO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 14,80	R\$ 148,00
10	LUVA DE SEGURANCA EM VINIL,TAM.M	Papelaria Progresso Ltda.	R\$ 14,80	R\$ 148,00
10	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTAVEL DE VINIL TAM. G	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 14,80	R\$ 148,00
10	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTAVEL DE VINIL TAM. G	GERMÃO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 14,80	R\$ 148,00
10	LUVAS DE PROCEDIMENTOS DESCARTAVEL DE VINIL TAM. G	Papelaria Progresso Ltda.	R\$ 14,80	R\$ 148,00
10	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/8 CAIXA COM 5.000	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 6,50	R\$ 65,00

10	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/8 CAIXA COM 5.000	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 6,50	R\$ 65,00
10	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/8 CAIXA COM 5.000	Papelaria Progresso Ltda.	R\$ 6,50	R\$ 65,00
10	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, COBREADO 26/6, CAIXA COM 5.000 UNIDADES	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 9,90	R\$ 99,00
10	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, COBREADO 26/6, CAIXA COM 5.000 UNIDADES	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 9,90	R\$ 99,00
10	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, COBREADO 26/6, CAIXA COM 5.000 UNIDADES	Papelaria Progresso Ltda.	R\$ 9,90	R\$ 99,00
70	LIVRO OS TEMPLOS DA FÉ - VOL II. AUTOR: ARCHIMEDES NASPOLINI FILHO	ARCHIMEDES NASPOLINI FILHO - PIS 102391213-57	R\$ 70,00	R\$ 4.900,00
8,6	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM NA COR BRANCA.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 65,00	R\$ 559,00
1	MOLDURA EM MADEIRA COM VIDRO	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 20,00	R\$ 20,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
2	CONTENTOR (CONTEINERS) EM PVC, CAPACIDADE 1000 LITROS, COM TAMPA, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 1.275,80	R\$ 2.551,60
1	CONCERTO E REVISÃO DA MÁQUINA DE CAFÉ	ERNANI LUIZ BELUSKI ME (GASFRIO)	R\$ 400,00	R\$ 400,00
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA RETIRADA DE CANOS DE ESGOTO E NA INSTALAÇÃO DE NOVAS TUBULAÇÕES DA REDE DE ESGOTO DA FACHADA LESTE DO PRÉDIO DA ALESC.	GPL - CONTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA	R\$ 7.800,00	R\$ 7.800,00
1	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA WEB LICITAÇÕES E CONTRATOS	ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	R\$ 1.244,23	R\$ 1.244,23
1	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA REVISTA ZENITE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - ILC	ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	R\$ 1.519,98	R\$ 1.519,98
1	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA - EDITORA ZENITE - CONSULTORIA	ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	R\$ 3.135,79	R\$ 3.135,79
1	SERVIÇO TÉCNICO PARA TROCA DE SENHA	Walsat Ltda	R\$ 350,00	R\$ 350,00
10	ALCOOL 73,4 GEL PARA HIGIENIZAÇÃO (GALÃO 5 LITROS)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 31,00	R\$ 310,00
1	CONCERTO DE FRIGOBAR TOMBAMENTO Nº 12928	ELETRO MOTORES MARCOS LTDA.	R\$ 165,00	R\$ 165,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LILLI STEFFENS - PIS.1.178503.754-9	R\$ 1.315,74	R\$ 1.315,74
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	HOTEL SESC CACUPÉ	R\$ 151,00	R\$ 151,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LUIZ BARCO ME	R\$ 3.042,84	R\$ 3.042,84
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	DATUAL INSTITUTO DE PESQUISA E ASSESSORIA ECONÔMICA LTDA	R\$ 1.555,00	R\$ 1.555,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	HOTEL RESIDENCIAL ANDRAMAR LTDA ME	R\$ 2.166,00	R\$ 2.166,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	R\$ 3.045,00	R\$ 3.045,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA	R\$ 7.950,00	R\$ 7.950,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	PADRE WILSON GROH- 1372491972-6	R\$ 3.042,84	R\$ 3.042,84
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ROGER HANSEN- PIS.1.259.651.969/2	R\$ 321,00	R\$ 321,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	EPHISTHEME - PESQUISA E PLANEJAMENTO EM EDUCAÇÃO	R\$ 3.042,84	R\$ 3.042,84
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ALVARO JORGE LORO	R\$ 3.957,13	R\$ 3.957,13
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MR TREINAMENTOS E PROJETOS LTDA	R\$ 5.200,00	R\$ 5.200,00
1	CONCERTO DE APARELHO DE FAX BROTHER	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R\$ 96,00	R\$ 96,00
3	ROLETE ENTINTADO PARA CAUCULADORA E IMPRENSORA	EMEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 8,50	R\$ 25,50
5	AGENDA PARA MARCAR CONSULTA E COMPROMISSOS	EMEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 11,00	R\$ 55,00
1	CONTROLE REMOTO DE AR CONDICIONADO MODELO MIDEA MSE-09 CR.	GDM COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA (SÓ AQUECEDORES)	R\$ 95,00	R\$ 95,00
5	REVISÃO E AFIAÇÃO DE FACAS DE MAQUINA DE CORTE(GUILHOTINA)	JCV IND. COM. LTDA - EPP	R\$ 40,00	R\$ 200,00
5	VÁLVULAS PARA APARELHO DE PRESSÃO	SERMEDICALL AP. EUIP. HOSPITALAR LTDA.	R\$ 5,10	R\$ 25,50
5	PÉRAS PARA INSULFLAR APARELHO DE PRESSÃO	SERMEDICALL AP. EUIP. HOSPITALAR LTDA.	R\$ 3,80	R\$ 19,00
1	MAQUINA FOTOGRAFICA DIGITAL 10.1 MEGA PIXELS	JE DIGITAIS	R\$ 344,20	R\$ 344,20
1	LOCAÇÃO DE MAQUINA DE CAFÉ	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
5	VONAU FLASH 8mg	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R\$ 47,02	R\$ 235,10
10	NIMESULIDA 100mg	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R\$ 13,00	R\$ 130,00
10	HEPATILON 150ml	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R\$ 19,90	R\$ 199,00
5	FENERGAN 50 mg/2ml	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R\$ 3,00	R\$ 15,00
10	CETOPROFENO 100mg/ml	ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA	R\$ 2,34	R\$ 23,40
1	REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	EPHISTHEME - PESQUISA E PLANEJAMENTO EM EDUCAÇÃO	R\$ 1.372,56	R\$ 1.372,56
20	LAMPADA ELÉTRICA LUZ MISTA, BASE E-27, 160 WATTS, 220 VOLTS *	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 14,90	R\$ 298,00
28	BATERIA DE ACUMULADOR DE 12 VOLTS	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 145,00	R\$ 4.060,00

2	GARRAFA TERMICA CAPACIDADE PARA 1.8 LITROS, SERVE A JATO, AÇO ESCOVADO	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 79,80	R\$ 159,60
2	ENCADERNAÇÃO DE ATA, MODELO PADRÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.	MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY)	R\$ 35,00	R\$ 70,00
1	ENCADERNAÇÃO DO LIVRO DIREITO DE INFORMAÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO	MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY)	R\$ 35,00	R\$ 35,00
3	ENCADERNAÇÃO DE PLANO PLURIANUAL 2008-2011	MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY)	R\$ 55,00	R\$ 165,00
1	ENCADERNAÇÃO DE LIVRO PROPOSTAS DE INVESTIMENTO PARA O ORÇAMENTO ESTADUAL	MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY)	R\$ 35,00	R\$ 35,00
18	ENCADERNAÇÃO DE DIÁRIO OFICIAL	MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY)	R\$ 35,00	R\$ 630,00
500	CONECTOR ARJ 45 MACHO	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 0,80	R\$ 400,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MARCIA DA SILVA VALDUINO - ME	R\$ 2.030,46	R\$ 2.030,46
1	ENVELOPE BRANCO COM TIMBRE PARA CARTÃO.	CATARINA BELLETTI FRANCISCO - EPP (GRAFICA BELLETTI)	R\$ 850,00	R\$ 850,00
5	ÁLCOOL ETÍLICO 70%	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 3,99	R\$ 19,95
5	ÁLCOOL 92.8% LÍQUIDO 1 LITRO	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 4,60	R\$ 23,00
6	ESPATULA C/ CABO DE MADEIRA MED. 10CM DE LAMINA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 3,94	R\$ 23,64
4	DESEMPENADEIRA PARA MASSA CORRIDA, EM AÇO	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 8,80	R\$ 35,20
2	VASELINA SÓLIDA 500gr	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 19,00	R\$ 38,00
1	CIRCUITO DO FLASH	AUSON COMERCIO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	R\$ 110,00	R\$ 110,00
1	CONCERTO DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA	AUSON COMERCIO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	R\$ 50,00	R\$ 50,00
20	TRAVA PORTA (PRENDEDOR) PRENDEDOR PISO-TETO (BATENTE PORTA-FIXADOR)	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 7,90	R\$ 158,00
20	FECHADURA METALICA PARA GAVETA CILINDRO LONGO	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 8,10	R\$ 162,00
20	FECHADURA METALICA CILINDRICA, PEQUENA PARA ARMARIO	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 7,80	R\$ 156,00
6	PONTEIRA PARA PARAFUSADEIRA 12-2 FENDA PLHILIPS.	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 2,00	R\$ 12,00
6	PONTEIRA PARA PARAFUSADEIRA 12-2	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 9,50	R\$ 57,00
50	PEN DRIVE CAPACIDADE DE 4.0 GB	MARIA APARECIDA AMANDIO - EPP (JE DIGITAIS)	R\$ 34,20	R\$ 1.710,00
1	ELEMENTOS FILTRANTES QUARTZO E CARVÃO MINERAL	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FILTROS PURIFICADORES JOJACO LTDA	R\$ 480,00	R\$ 480,00
20	LENÇO UMEDECIDO	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 12,35	R\$ 247,00
3	SERINGA ODONTOLOGICA PONTA PRETA AVULSA CENTRIX	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 40,00	R\$ 120,00
4	RESINA ODONTOLOGICA Z-100 RESTAURADORA COR A2	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 44,86	R\$ 179,44
2	RESINA ODONTOLOGICA Z-100 RESTAURADORA COR A1	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 44,86	R\$ 89,72
2	DISCO DE LIXA SOF LEX PEQUENO	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 58,00	R\$ 116,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
7	MURAL DE AVISO EM TUBO METALON GALVANIZADO 16 X 16 MM, CONTENDO 7 BOLSAS.	FRANCISCO PERES MORAES COMUNICAÇÃO VISUAL ME (CARAMURÚ)	R\$ 1.010,00	R\$ 7.070,00
20	REATOR ELETRÔNICO 2X14W BIVOLT AFP T5	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 42,00	R\$ 840,00
40	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 14W 840 T5	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 9,50	R\$ 380,00
20	LÂMPADA ELETRÔNICA 20W/220V 840 BRANCA 2U	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 8,60	R\$ 172,00
80	LÂMPADA ELÉTRICA 13/14W 220V 840 BRANCA ESPIRAL	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 10,40	R\$ 832,00
20	LÂMPADA DICRÓICA 35W 12V 36G ECONÔMICA	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 13,00	R\$ 260,00
50	LÂMPADA AR 70 50W 12V 24G HALOSPOT	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 11,50	R\$ 575,00
2	PEN DRIVE CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 16 GB	COMPUTER SHOP	R\$ 115,00	R\$ 230,00
1	RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DO SOFÁ TOMBAMENTO 24051	LÍRIO BRANCO IND. COM. MÓVEIS E REPRES. LTDA	R\$ 300,00	R\$ 300,00
1	RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DO SOFÁ TOMBAMENTO 24049	LÍRIO BRANCO IND. COM. MÓVEIS E REPRES. LTDA	R\$ 300,00	R\$ 300,00
1	RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DO SOFÁ TOMBAMENTO 24048	LÍRIO BRANCO IND. COM. MÓVEIS E REPRES. LTDA	R\$ 300,00	R\$ 300,00
1	RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DO SOFÁ	LÍRIO BRANCO IND. COM. MÓVEIS E REPRES. LTDA	R\$ 300,00	R\$ 300,00

1780	ADESIVO NUMERADO DIGIAL 6 X 6 CM NA FORMA TRIANGULAR E NAS CORES AZUL, VERMELHO, AMARELO E VERDE.	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 1,69	R\$ 3.008,20
1	QUADRO BRANCO DE ALUMINIO, MEDINDO 1,50 X 1,20 M, TELA DE EUCAPLAC E MOLDURA EM ALUMINIO	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 92,90	R\$ 92,90
50	PLACA DE ATIVO-FIXO	W.H.B. DO BRASIL LTDA. (SETON)	R\$ 156,69	R\$ 7.834,50
7	SERVIÇO DE REPARO DOS QUADROS DOS PARLAMENTARES	NSM DINIZ ME	R\$ 250,00	R\$ 1.750,00
1	PERSIANA HORIZONTAL 166 MM - MEDINDO 1,55 X 1,60.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 190,96	R\$ 190,96
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM - MEDINDO 67 X 65.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 115,50	R\$ 115,50
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM - MEDINDO 50 X 65.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 115,50	R\$ 115,50
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM - MEDINDO 34 X 65.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 115,50	R\$ 115,50
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM - MEDINDO 154 X 160.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 189,42	R\$ 189,42
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM - MEDINDO 145 X 65.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 115,50	R\$ 115,50
1	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM - MEDINDO 125 X 160.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 154,00	R\$ 154,00
1	CONCERTO DE PERSIANA HORIZONTAL DIMENSÃO 135 X 100 CM.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 60,00	R\$ 60,00
1	CONCERTO DE PERSIANA HORIZONTAL DIMENSÃO 129 X 100 CM.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 60,00	R\$ 60,00
308	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 15,45	R\$ 4.758,60
44	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO PAULO LOPES/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 9,70	R\$ 426,80
44	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 11,80	R\$ 519,20
44	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO PALHOÇA/FLORIANÓPOLIS	AUTO VIAÇÃO IMPERATRIZ LTDA.	R\$ 3,55	R\$ 156,20
44	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FLORIANÓPOLIS	RODOVIARIA SANTA TEREZINHA LTDA.	R\$ 4,40	R\$ 193,60
1	VALE TRANSPORTE MUNICIPAL DIVERSOS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANOPOLIS	R\$ 2.153,80	R\$ 2.153,80
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ALVARO JORGE LORO	R\$ 2.030,46	R\$ 2.030,46
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MARILDA GONÇALVES DIAS FACCI- PIS: 170.076.110.77	R\$ 3.042,84	R\$ 3.042,84
1	TELEVISOR LCD FULL HD 52'	LOJAS COLOMBO (FARROUPILHA) RS	R\$ 4.466,00	R\$ 4.466,00
40	ASSINATURA JORNAL SUL BRASIL	REDE SUL BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA (JORNAL SUL BRASIL)	R\$ 290,00	R\$ 11.600,00
40	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA DO JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU DE CHAPECÓ	REDE DE COMUNICAÇÃO OESTE LTDA (JORNAL DO IGUAÇU)	R\$ 390,00	R\$ 15.600,00
60	CABO USB LINK 1,8 PLUG & PLUG 2.0 CONFIGURAÇÃO PARA TROCA DE ARQUIVOS	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME (MUNDIAL COMPONENTES ELETRONICOS)	R\$ 7,00	R\$ 420,00
1	RESTAURAÇÃO DE UMA MESA COM CINCO GAVETAS EM MADEIRA	FERNANDA SOUZA ME- (MÓVEIS SANTO ANTONIO)	R\$ 415,00	R\$ 415,00
1	RESTAURAÇÃO DE UM ARMÁRIO DE TRÊS PORTAS EM MADEIRA	FERNANDA SOUZA ME- (MÓVEIS SANTO ANTONIO)	R\$ 415,00	R\$ 415,00
1	FLASH COM MONTAGEM EM SAPATA 430 EX SPEEDLITE E- TTL II (NUMERO GUIA 141 PÉS/43M A 105 MM) - CANON	FAMA COMÉRCIO DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS LTDA - ME	R\$ 849,19	R\$ 849,19
1	PARASOL PARA CANON EF-S 17-55 IS F/2.8	FAMA COMÉRCIO DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS LTDA - ME	R\$ 133,04	R\$ 133,04
1	LENTE OBJETIVA CANON 75-300MM F4 - 5.6 USM III	FAMA COMÉRCIO DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS LTDA - ME	R\$ 981,41	R\$ 981,41
1	FILTRO UV - CANON	FAMA COMÉRCIO DE ARTIGOS FOTOGRAFICOS LTDA - ME	R\$ 95,17	R\$ 95,17
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 256,00	R\$ 256,00
66,55	LAVAÇÃO DE ROUPAS	LAVANDERIA GOTINHA D'ÁGUA LTDA.	R\$ 7,50	R\$ 499,12
50	VINIL DE ADESIVO PRETO	SERILON BRASIL LTDA	R\$ 5,50	R\$ 275,00
20	LUMINARIA DE EMERGENCIA COM TEMPO DE AUTONOMIA DE 6 HORAS C/01 LAMPADA, BATERIA RECAR	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00
1	SUPORTE DE FIXAÇÃO EM TETO PARA TV LCD 42"	RETROPAR COMERCIO REPRESENTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA	R\$ 240,00	R\$ 240,00
1	LOCAÇÃO DE AUDITÓRIO	NAVEMAR GRÊMIO ESPORTIVO DE PRAIA E CAMPO	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
3	BANNER VINIL MEDINDO 1,30M X 1,80M	MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART)	R\$ 117,00	R\$ 351,00
1	BANNER EM VINIL MEDINDO 2M X 0,60M	MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART)	R\$ 65,00	R\$ 65,00
1	FRAGMENTADORA/PICOTADEIRA DE PAPEIS ELETRICA	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 253,90	R\$ 253,90
100	TOMADA ELETRICA PLUG MACHO 2P+T NOVO PADRÃO PARA COMPUTADOR	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 8,00	R\$ 800,00
100	PLUG FEMEA ADPTADOR, NOVO PADRÃO MONOFASICO	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 8,90	R\$ 890,00
10	ADAPTADOR DE PVC 25mm	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 0,60	R\$ 6,00
10	ADAPTADOR DE PVC 25mm	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,60	R\$ 6,00

10	ADAPTADOR EM PVC 20MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 0,50	R\$ 5,00
10	ADAPTADOR EM PVC 20MM	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 0,50	R\$ 5,00
4	REGISTRO DE METAL DE GAVETA 3/4	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 32,00	R\$ 128,00
4	REGISTRO DE METAL DE GAVETA 3/4	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 32,00	R\$ 128,00
2	FORMÃO 3/4 PARA USO EM MADEIRA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 12,00	R\$ 24,00
2	FORMÃO 3/4 PARA USO EM MADEIRA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 12,00	R\$ 24,00
20	BOCAL PARA LAMPADA INCADESCENTE EM PORCELANA, BASE E-27	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 1,65	R\$ 33,00
20	BOCAL PARA LAMPADA INCADESCENTE EM PORCELANA, BASE E-27	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 1,65	R\$ 33,00
300	CAMISETA MANGA CURTA	JTDA BRINDES	R\$ 8,45	R\$ 2.535,00
100	CAMISA PÓLO DE PIQUÊ	JTDA BRINDES	R\$ 21,85	R\$ 2.185,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO CARLOS CHIODINE	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - PRESIDÊNCIA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 400,00	R\$ 400,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO MANOEL MOTTA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO JORGINHO MELLO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GELSON MERISIO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADA ANA PAULA LIMA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GENÉSIO GOULART	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 200,00	R\$ 200,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	COLUNA PARA DEIONIZADOR MARCA PERMUTION	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 89,00	R\$ 89,00
1	ÁLCOOL 92.8% LÍQUIDO 1 LITRO	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 4,90	R\$ 4,90
1	FITA PARA INDICAÇÃO DE PH-PHFIX 0-14	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 39,00	R\$ 39,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JACKSON ROBERTO CARDOSO-121.0937517-1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LUCIANA MACHADO SCHMIDT- PIS:170.48373.87-1	R\$ 781,29	R\$ 781,29
1	BASE DE CORTE A3,	Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME	R\$ 50,00	R\$ 50,00
1	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 12MMX30M	Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME	R\$ 70,00	R\$ 70,00
1	LINECO CLEANIENG POWDER	Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME	R\$ 195,00	R\$ 195,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	PAULO HENTZ - PIS: 107.32832.67.9	R\$ 256,01	R\$ 256,01
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	FRANCISCO CARLOS DA VEIGA- PIS:12147775624	R\$ 854,33	R\$ 854,33
1	ESTOJOS DE LAMINAS PARA ESTILETE GRANDE	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 9,00	R\$ 9,00
5	BORRACHA BRANCA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30MM X 40MM, CAIXA COM 20 UNIDADES.	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 28,00	R\$ 140,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO CARLOS CHIODINE	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - PRESIDÊNCIA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 400,00	R\$ 400,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO MANOEL MOTTA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GELSON MERISIO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADA ANA PAULA LIMA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GENÉSIO GOULART	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 270,00	R\$ 270,00
10	ESTOJOS DE LAMINAS PARA ESTILETE PEQUENO	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 4,99	R\$ 49,90
10	ESTOJOS DE LAMINAS PARA ESTILETE GRANDE	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 5,40	R\$ 54,00
2	COLA VARIADAS PARA BLOCAGEM, NA COR BRANCA OU VERMELHA, GALÃO DE 5 LITROS	SERVIGRAF MATERIAIS GRAFICOS LTDA	R\$ 40,00	R\$ 80,00
10	PASTA PROFILÁTICA	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 3,20	R\$ 32,00
15	FITA MATRIZ BOND TOFFLEMIRE Nº 01-ESPESSURA 0,0015	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 3,20	R\$ 48,00
4	FITA 3M PARA AUTOCLAVE	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 4,85	R\$ 19,40
10	LIXAS DE ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 6,50	R\$ 65,00
2	MATRIZ DE POLIESTER TDV PARA PRE-MOLAR	ODONTO PRÓTESE - KOBRASOL	R\$ 61,60	R\$ 123,20
10	ENVELOPES AUTO-SELANTES P/ESTERILIZAÇÃO 150MM P/ 250MM	ODONTO PRÓTESE - KOBRASOL	R\$ 35,00	R\$ 350,00
10	SOLUÇÃO BUCAL GLUCONATO DE CLORHEXIDINA 0,12%	ODONTO PRÓTESE - KOBRASOL	R\$ 13,40	R\$ 134,00
31	RENOVAÇÃO DE ASSINATURA JORNAL DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SC	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 250,00	R\$ 7.750,00
1	SERVIÇOS DECORAÇÃO DE PALCO	VERA LUCIA TOMIO	R\$ 230,00	R\$ 230,00
1	LOCAÇÃO DE TAPETÊ	VERA LUCIA TOMIO	R\$ 100,00	R\$ 100,00
6	LOCAÇÃO DE TOALHAS PARA MESA	VERA LUCIA TOMIO	R\$ 4,50	R\$ 27,00
1	CONTRATAÇÃO DE CANTOR (A)	LOUISE LUCENA SCHULZE - PIS(11205774240)	R\$ 450,00	R\$ 450,00

1	AMPOLA PARA GARRAFA TERMICA 1.8 L (REFIL)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 27,30	R\$ 27,30
420	LOCAÇÃO DE CAPAS DE CADEIRA	VERA LUCIA TOMIO	R\$ 2,20	R\$ 924,00
1	LOCAÇÃO DE MESA PARA AUTORIDADES	VERA LUCIA TOMIO	R\$ 56,00	R\$ 56,00
6	CONTACTORA CL25A300 T 220W 35A	MACRO QUADROS ELÉTRICOS LTDA	R\$ 68,85	R\$ 413,10
4	ACENDEDOR DE FOGAO A GAS	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 11,60	R\$ 46,40
2	CANETA ESFEROGRAFICA UNICRON (TINTA NA COR AZUL)	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 42,00	R\$ 84,00
2	CANETA ESFEROGRAFICA BALL POINT (TINTA NA COR AZUL)	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 26,00	R\$ 52,00
1	VIDRO TRANSPARENTE 4MM MEDINDO 58 X 46,3 CM.	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 25,00	R\$ 25,00
200	CONSTITUICAO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A - CONTATO,CARLOS 3271-6016	R\$ 16,74	R\$ 3.348,00
2	BANNER COM ESTRUTURA METÁLICA E LONA MEDINDO 2,50 X 1,75 M.	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 2.117,50	R\$ 4.235,00
1	BANNER COM ESTRUTURA METÁLICA E LONA MEDINDO 2,45 X 2,30 M.	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 2.725,00	R\$ 2.725,00
1	CONCERTO DE ANALISADOR DE BIOQUIMICA BIO 200	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 525,00	R\$ 525,00
55	PASTA EXECUTIVA EM COURINO NA COR PRETA	KMK INDUSTRIA E COM. ARTEFATOS DE COURO LTDA-ME.	R\$ 25,00	R\$ 1.375,00
8	ARRANJOS DE FLORES	GEOVANA SEVERINO STULZER ME (FLORICULTURA PRIMAVERA)	R\$ 182,50	R\$ 1.460,00
48	FITA HP LTO2 ULTRIUM C7972A	INFOTRIZ SUPRIMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. M.E.	R\$ 119,00	R\$ 5.712,00
1	SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO PELO PRAZO DE 6 MESES, SENDO AS ISCAS TROCADAS DE 30 EM 30 DIAS.	EUROBAC COMERCIO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA-ME	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00
1	SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO PARA EXTERMINIO DE TODAS AS ESPÉCIES DE BARATAS E FORMIGAS.	EUROBAC COMERCIO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA-ME	R\$ 1.030,00	R\$ 1.030,00
1	HCG STRIP TEST PLUS P/ DIAGNÓSTICO DE GRAVIDEZ C/ 50 UNI.	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 25,00	R\$ 25,00
2	AST - PP MÉTODO CINÉTICO UV CAT. 421 MARCA GOLD ANALISA	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 69,00	R\$ 138,00
2	ALT - PP MÉTODO CINÉTICO UV CAT. 422 MARCA GOLD ANALISA	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 69,00	R\$ 138,00
2	ENVELOPE AUTOSELANTE PARA ESTERILIZAÇÃO 20 X 30 CM COM 100 UN.	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 78,40	R\$ 156,80
15	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO SIMPLES RA, 7,5CM X 12MM CX. C/ 20 UN.	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 3,80	R\$ 57,00
3	CANETA MARCADOR PARA RETROPROJETOR, AZUL, PONTA FINA	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 4,20	R\$ 12,60
20	CAIXA BOX PLÁSTICA PRETA OU CINZA, PARA ARQUIVO MORTO	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 2,25	R\$ 45,00
1	GRAMPEADOR PARA PAPEIS TAMANHO GRANDE,CAP. PARA 06 TIPO DE GRAMPOS,P/240 FLS	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 79,00	R\$ 79,00
100	PASTA DE PLASTICO TRASPARENTE 34 X23 CM.TIPO CAPA DE PROCESSO	MEPAS DISTR. DE MAT. DE ESC. E SUP. DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 6,90	R\$ 690,00
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA DE MÁQUINA AUTOENVELOPADORA.	RAIZ DA ILHA COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA.	R\$ 2.738,00	R\$ 2.738,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
24	ETIQUETA AUTO ADESIVA FORMATO A5Q2337 A5- CAIXA 100 FOLHAS	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 3,90	R\$ 93,60
20	PISO CERAMICO 30 X 30	CASAS DA ÁGUA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MATRIZ CAMPINAS)	R\$ 14,40	R\$ 288,00
1	MURAL DE AVISOS EM AÇO ESCOVADO MED.80 X100CM	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 29,60	R\$ 29,60
300	CAFÉ TORRADO E MOIDO QUALID. TRADICIONAL EMB. A VACUO Prensado 500G	LATACADO DE ALIMENTOS SOUZA LTDA	R\$ 10,00	R\$ 3.000,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO JORGINHO MELLO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - PLENÁRIO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 200,00	R\$ 200,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ- DEPUTADO CARLOS CHIODINE	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO MANOEL MOTTA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GELSON MERISIO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADA ANA PAULA LIMA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
6	TUBO DE TINTA PARA CARIMBRO 30 ML.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 10,00	R\$ 60,00
1	REFIL PARA CARIMBO L-50.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 12,00	R\$ 12,00
1	CARIMBO PELICULA L-50.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 10,00	R\$ 10,00
1	CARIMBO PELICULA L-20	JOSÉ CARLOS BROERING-ME (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 5,00	R\$ 5,00

3	CARIMBO AUTO-ENTINTADO Q-30.	JOSÉ CARLOS BROERING-ME (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 25,00	R\$ 75,00
1	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-55.	JOSE CARLOS BROERING-ME (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 35,00	R\$ 35,00
9	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-50.	JOSE CARLOS BROERING-ME (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 33,00	R\$ 297,00
8	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-40.	JOSE CARLOS BROERING-ME (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 25,00	R\$ 200,00
3	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-30.	JOSE CARLOS BROERING-ME (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 17,00	R\$ 51,00
29	CARIMBO AUTO-ENTINTADO L-20.	JOSE CARLOS BROERING-ME (CASA DOS CARIMBOS)	R\$ 15,00	R\$ 435,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
1	SERVIÇO DE CALÍGRAFA - TERMO DE POSSE "GOVERNADOR DO ESTADO"	VALESKA DANIELA TRATSK LANCINI - PIS 1227913274.7	R\$ 600,00	R\$ 600,00
1	CONCERTO DE APARELHO DE FAX BROTHER	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R\$ 98,00	R\$ 98,00
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA RETIRADA DE CONCRETO NA FACE INFERIOR DA LAGE DE COBERTURA	GPL - CONTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
1	MÃO DE OBRA REFERENTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	CIMTEL Equipamentos Elétricos Ltda	R\$ 650,00	R\$ 650,00
2	CHAVE DE FIM DE CURSO	CIMTEL Equipamentos Elétricos Ltda	R\$ 330,00	R\$ 660,00
1	SUPORTE DO BRAÇO	CIMTEL Equipamentos Elétricos Ltda	R\$ 420,00	R\$ 420,00
1	QUADRO DE COMANDO	CIMTEL Equipamentos Elétricos Ltda	R\$ 180,00	R\$ 180,00
1	COMPONENTES DE CONEXÃO	CIMTEL Equipamentos Elétricos Ltda	R\$ 280,00	R\$ 280,00
2	CONTROLE REMOTO, DUPLO COMANDO COM CLIPS	CIMTEL Equipamentos Elétricos Ltda	R\$ 25,00	R\$ 50,00
1	MOTOR DE 1/4 CV	CIMTEL Equipamentos Elétricos Ltda	R\$ 1.380,00	R\$ 1.380,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JULIANA CARLA DE FREITAS DO VALLE - PIS - 12407028645	R\$ 626,80	R\$ 626,80
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA- PIS-106137460-12	R\$ 317,81	R\$ 317,81
43	MOLDURA PASSEPARTOUT PARA FOTO 30 (L) X 40 (A) CM FORMATO FECHADO 42 (L) X 55 (A) CM, EM PAPELÃO CARTONADO FEITO A MÃO, INCLUSO A REVELAÇÃO DAS FOTOS E O SERVIÇO DE CALIGRAFIA.	INSTITUTO DA TERRA	R\$ 76,75	R\$ 3.300,25
1	MANUTENÇÃO DE ARQUIVO DESLIZANTE MANUAL	Caviglia & Cia. Ltda.	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350,00
1	CONCERTO DE MOTO BOMBA ELETRICA, HP CV/3,7 (5.0) TRIFASICA MARCA WEG	COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA CLAUDINO LTDA -ME	R\$ 348,00	R\$ 348,00
4	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR COR A2	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 19,00	R\$ 76,00
20	ROLETES DE ALGODÃO	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 1,10	R\$ 22,00
30	ESCOVAS DE ROBSON	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 1,50	R\$ 45,00
2	ÓLEO LUBRIFICANTE SPRAY PARA INSTRUMENTOS DE ALTA ROTAÇÃO MAQUIRA	DENTAL CENTER COM. MAT. ODONT. MED. CIRÚR. LTDA	R\$ 16,00	R\$ 32,00
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL DE TRANSFORMADORES	POWER ENGENHARIA LTDA	R\$ 6.740,00	R\$ 6.740,00
6,6	RECARGA DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL	WHITE MARTINS GASES IND. LTDA.	R\$ 20,00	R\$ 132,00
1	MOLDURA H-100 C/ VIDRO ANTI-REFLEXO	MICHELANGELO COMÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	R\$ 170,00	R\$ 170,00
1	DESUMIDIFICADOR DE PAPEIS EM CHAPA DE AÇO CAPACIDADE PARA 750 FOLHAS DE PAPEL A4 220 VOLTS NAS DIMENSÕES 360 X 150 X 110 MM.	LARROYD EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ 280,00	R\$ 280,00
2	PLACA HBA DUAL PORT FIBRE CHANNEL 4 QLOGIC 2462 PCI EXPRESS	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	R\$ 3.843,00	R\$ 7.686,00
1	REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 256,00	R\$ 256,00
2,4	PERSIANAS HORIZONTAL EM MADEIRA	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 379,00	R\$ 909,60
1	LOCAÇÃO DE AUDITÓRIO E SALAS PARA EVENTOS DA ALESC	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ	R\$ 1.561,78	R\$ 1.561,78
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA MÁQUINA OFF-SET	PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.	R\$ 800,00	R\$ 800,00
2	ROLAMENTOS DO ROLO DE ÁGUA	PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.	R\$ 30,00	R\$ 60,00
1	MANCAIS DO ROLO ENTINTADOR - LE	PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.	R\$ 246,00	R\$ 246,00
2	MANCAIS DO ROLO ENTINTADOR - LD	PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.	R\$ 208,00	R\$ 416,00
6	ESPELHOS DAS PINÇAS DE SAÍDA	PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.	R\$ 15,00	R\$ 90,00
2	DESFOLHADORES	PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.	R\$ 10,00	R\$ 20,00
1	CONJUNTO DA CORRENTE SAÍDA COM ESTEIRA	PRESTEC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.	R\$ 821,00	R\$ 821,00

*** X X X ***